



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JUNIOR VIEIRA DE OLIVEIRA

**O *HOMO ECONOMICUS* COMO ÂNCORA DA TEORIA ORTODOXA NA
EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO**

LARANJEIRAS DO SUL

2018

JUNIOR VIEIRA DE OLIVEIRA

**O *HOMO ECONOMICUS* COMO ÂNCORA DA TEORIA ORTODOXA NA
EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul como
requisito parcial para aprovação na disciplina de
monografia I.

Orientador: Prof. Ms. Mariano Luis Sánchez

LARANJEIRAS DO SUL

2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Oliveira, Junior Vieira de
O HOMO ECONOMICUS COMO ÂNCORA DA TEORIA ORTODOXA NA
EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO / Junior
Vieira de Oliveira. -- 2018.
53 f.

Orientador: Doutor Mariano Luis Sánchez

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do
Sul, PR, 2018.

1. Economia Política. 2. Metodologia Econômica. 3.
Heterodoxia. 4. Ortodoxia. I. Sánchez, Mariano Luis,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

JUNIOR VIEIRA DE OLIVEIRA

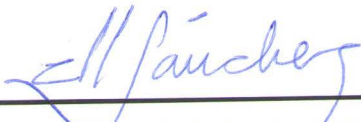
**O *HOMO ECONOMICUS* COMO ÂNCORA DA TEORIA ORTODOXA NA
EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul,
como requisito para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em:

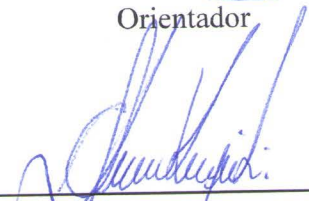
07/12/2018

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Me. Mariano Luís Sanches-UFFS

Orientador



Prof. Dr. Luis Claudio Krajevski-UFFS



Prof. Ma. Marisela García Hernández-UFFS

Dedico este trabalho primeiramente a *Deus e a Virgem Maria*, responsáveis por todo o sucesso trilhado até aqui e que em meus momentos de angústia recorria-os para repousar meu espírito. Ao meu pai Edvilson de Oliveira, grande exemplo de homem justo e trabalhador, a minha mãe Zenaide Vieira dos Santos, meu porto seguro e grande inspiração de fé inabalável, e aos meus ilustres e amados irmãos Jeferson Vieira de Oliveira e Natali Aparecida Vieira de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Compartilho este trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras, brasileiros e brasileiras que contribuíram para minha formação, através dos impostos pagos por todos nós e que foram convertidos em investimentos na educação.

A dona Rosa José dos Santos matriarca da família da Vieira, a minha mãe Zenaide Vieira dos Santos, meu pai Edvilson de Oliveira e meus irmão Jeferson V. de Oliveira e Natali Ap^a. Vieira de Oliveira. E aos grandes amigos da família, o casal Rosméri Gomes de Souza e Joaquim Neto de Souza.

Aos meus vizinhos Ilda e Aristides Kasmierczak, que me ensinaram os valores da simplicidade e da verdadeira humildade. E as minhas amigas: Ana Vitória Gomes, Maria Carolina Serpa Canabarro, Marileide Machado e meu amigo Pedro Claudécir de Souza Leal, que caminharam junto a mim nesse difícil caminho universitário e o fizeram um jardim de experiências maravilhosas. Também agradeço ao meu querido amigo Rodrigo Taliani Coelho Sampaio que colaborou na etapa de tradução para a língua inglesa do resumo deste trabalho.

A todo colegiado das Ciências Econômica, e em especial a professora Marisela Garcia Hernandez grande mulher e inspiração profissional. E agradeço também ao Professor Pedro Ivan Christoffoli responsável pelo Núcleo de Estudos em Cooperação e Economia Solidária, grupo que proporcionou-me grandes experiências.

Em com maiores honras ao Professor Mariano Luís Sanchez, que topou sem ressalvas me orientar, apresentando uma enorme sensibilidade e paciência nos caminhos deste trabalho e ainda por ter acreditado em mim e no meu potencial como um futuro cientista social.

E finalmente meus sinceros votos de agradecimento a Universidade Federal da Fronteira Sul, que proporcionaram uma oportunidade a mim e a milhares de jovens da região, a chance de estudar em uma instituição pública, federal e de qualidade, oferecendo auxílios financeiros e apoio psicopedagógico para nossa permanência. *Infinitamente Muito Obrigado!.*

RESUMO

O conceito do *Homo Economicus* é o modelo de indivíduo mais usado em estudos da Ciência Econômica devido a sua facilidade de uso em inúmeras aplicações. Este condiciona o ser humano como sendo um indivíduo dotado de alta capacidade cognitiva de interpretação e acesso pleno à informações. Sendo tratado inicialmente de forma indireta por John Locke em fins do século XVII, em seus estudos sobre os direitos individuais e atuação do estado sobre eles. Posteriormente no século XVIII Adam Smith corporifica o conceito com suas teorias em torno da natureza egoísta do homem, mais adiante na segunda metade do século XVIII e em meados do século XIX Jeremy Bentham e John Stuart Mill se tornam os responsáveis pela sistematização e realização do receituário para aplicação do Princípio da Utilidade. Ainda no século XIX, Karl Marx emerge como grande figura em oposição aos modelos convencionais da Economia Clássica ortodoxo propondo um indivíduo histórico e inerentemente social. O estudo aqui tratado trata-se de uma pesquisa de natureza teórica/qualitativa assim as fontes utilizadas aqui foram primárias e secundárias, a análise do trabalho conta com um método dialético de discussão das ideias resgatadas no referencial teórico. Com base nisso o presente estudo implicou em limites e restrições quanto ao modelo de indivíduo alicerçado pelos economistas clássicos ortodoxos evidenciados pelo tratamento histórico dado por Marx em seus estudos em torno do funcionamento da produção burguesa.

Palavras-chaves: Homo Economicus. Individualismo Liberal. Clássicos da Economia. Karl Marx.

ABSTRACT

The concept of *Homo Economicus* is the model of the most used individual in studies of economic science due to its ease of use in numerous applications. It conditions the human being as an individual endowed with high cognitive ability of interpretation and full access to information. Being initially treated indirectly by Jonh Locke at the end of the 17th century, in his studies on the individual Rights and action of the State on them. Later in the eighteenth century Adam Smith embodied the concept with his theories surrounding the selfish nature of man, ahead precisely in the second half of the eighteenth century and in the mid-nineteenth century Jeremy Bentham and John Stuart Mill become responsible for Systematization and realization of the prescription for application of the utility principle. Still in the nineteenth century Karl Marx emerges as a great figure in opposition to conventional models of the Orthodox classical economy proposing a historical and inherently social individual. The study here treated is a research of a theoretical/qualitative nature, so the sources used here were primary and secondary, the analysis of the work relies on a dialectical method of discussing the ideas rescued in the theoretical framework. Based on this, the present study implied limits and restrictions on the model of an individual founded by orthodox classical economists evidenced by the historical treatment given by Marx in his studies around the functioning of bourgeois production. The study here treated is a research of a theoretical/qualitative nature, so the sources used here were primary and secondary, the analysis of the work relies on a dialectical method of discussing the ideas rescued in the theoretical framework. Based on this, the present study implied limits and restrictions on the model of an individual founded by orthodox classical economists evidenced by the historical treatment given by Marx in his studies around the functioning of bourgeois production.

Key-words: Homo Economicus. Liberal individualism. Classic economics. Karl Marx.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comparativo entre Indivíduo Liberal e Marxista.....	37
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	7
1.2 OBJETIVOS.....	7
1.2.1 Objetivo geral.....	7
1.2.2 Objetivos específicos.....	7
1.3 JUSTIFICATIVA.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1 A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO ECONÔMICO.....	9
2.1.1 Propriedade um Bem Natural.....	9
2.1.2 O Homo Economicus Smithiano.....	11
2.1.3 O Indivíduo Utilitarista: de Jeremy Bentham.....	15
2.1.4. A concepção de Indivíduo de John Stuart Mill.....	20
2.2 UMA VISÃO CRÍTICA.....	23
2.1.3 O Indivíduo para Karl Marx.....	23
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	33
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	33
3.2.1 Análise dos Dados.....	34
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	35
4.1 Compêndio dialético das principais ideias.....	35
4.2 Indivíduo Liberal x Indivíduo Marxista.....	37
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE.....	47

1 INTRODUÇÃO

Na história de formação da ciência econômica um dos principais conceitos nos quais se fundamenta a explicação dos fenômenos econômicos, disseminado nas mais variadas correntes de pensamento pertencentes à ortodoxia, “[...] assentados no ‘pensamento único’ são modelos baseados em uma dada ‘natureza humana’ imaginária, imutável, que parte de um utilitarismo egoísta, sentimentos conduzidos por uma racionalidade que tornaria os humanos capazes de prever o futuro”(SAWAYA, 2018, p. 7), é a expressão do *Homo Economicus*¹ (De SOUZA, 2014).

Esta categoria sintetiza e explica o comportamento humano na esfera econômica, servindo de instrumento para conclusões de caráter microeconômico e macroeconômico. O *Homo Economicus* pretende ser o ponto de partida para explicar os mecanismos que animam as ações e decisões dos agentes, nas múltiplas estruturas sociais e na formação de riqueza. Supostamente, “no estudo desses mecanismos recorre-se a atributos universais, objetivos e que podem ser conhecidos de maneira dedutiva – com larga aplicação, portanto, de métodos matemáticos” (ABRAMOVAY, 2004, p. 36).

O indivíduo é considerado um ser racional², mecânico, plausível de previsão comportamental através de modelos matemáticos juntamente sustentados pela lógica utilitarista, a qual reduz todos os processos de interação econômica à utilidade e a satisfação individual que é proporcionado pelos bens existentes consumidos (Morgan, 1996).

Identificado por Adam Smith, o egoísmo como um aspecto fundamental para o funcionamento da economia, sendo defendido como um preceito que sobrevoa a moralidade, transfigurando o em um atributo básico. Adam Smith distingue a ação econômica na essência da ação humana em geral como um componente que não necessita passar pelo filtro da moralidade (DUMONT, 1986).

Os preceitos originários da Revolução Marginalista, proporcionados por John Stuart Mill e seu indivíduo limitado somente na esfera econômica, serviram de legado aos pensadores que sucederam a essa escola, a *mainstream* econômica, denominados neoclássicos, apresentando como atributo fundamental a equivalência entre maximização de utilidade e noção de racionalidade. “O consumo é a expressão máxima da racionalidade humana: cada indivíduo tem sua curva de

1 Dentro do modelo padrão de comportamento econômico, o homem econômico racional (*homo economicus*) maximiza sua utilidade dentro de quadros de fins e meio dados. [...] Dentro dessa perspectiva, o processo da realização de escolhas é simplesmente um problema de matemática aplicada (OUTHWAIT, *et al*, 1996, p.239).

2 O principal exemplo é o da microeconomia, em que os agentes são racionais, na medida em que calculam sempre o modo mais eficaz de satisfazer suas preferências [...]. Agir racionalmente é maximizar uma função objetiva sujeita a coações (OUTHWAIT, *et al*, 1996, p.640).

preferências e, independentemente [...] como ela é formada, obedece a regras de funcionamento invariáveis quanto à relação entre meios e fins” (ABRAMOVAY, 2004, p. 43).

Atentando se apenas em elementos mensuráveis do comportamento cabe ainda destacar o papel de Karl Marx na crítica do paradigma do *Homo Economicus*, enfatizando por meio de seu método do materialismo histórico, que o indivíduo do liberalismo clássico constitui uma visão ideologizada do ser humano. Sendo este indivíduo referenciado às classes sociais, tendo suas ações e atitudes condicionadas pela classe em que está estabelecido, e sujeito a estruturas de poder pré-fixadas.

“O Individualismo metodológico evidência o indivíduo como melhor ponto de partida a ser aplicado pelas teorias econômicas ortodoxas para o alcance de fins práticos” (CHAFIM & KRIVOCHEM, 2011, p. 39). Introduzindo o indivíduo como aquele que tem ao alcance informações perfeitas com capacidades de cognição e interpretação ampliadas, neste contexto o indivíduo busca através de um processo decisório expor suas preferências e maximizar seu bem-estar. Durante a década de 1940 desenvolve-se a *teoria dos jogos*³ perante dificuldades de explicar as escolhas e as leis do comportamento econômico, a qual oferecia ao indivíduo um conjunto de possíveis escolhas que o guiam a uma decisão em especial sob a base da racionalidade.

A *heterodoxia*⁴ questionará o conceito de *Homo Economicus* sob diferentes aspectos: a racionalidade, o egoísmo e o acesso à informação, dentre outros, desconsiderando o *Homo Economicus* como base para a explicação do comportamento microeconômico e seus desdobramentos macroeconômicos. As decisões tomadas pelo homem não são guiadas exclusivamente pelo interesse de maximização de sua utilidade, pois excluindo outras dimensões não racionais do agir humano se torna quase que impossível o entendimento da complexidade do mundo econômico e social. Mesmo a compreensão do agir individual, não pode ser entendido sem seu componente social. Novas interpretações entenderam que essas decisões individuais indicam em sua formulação o que podem ser chamadas de regras sociais, por sua vez localizadas no interior de estruturas sociais (Ferreira, 2007).

3 Aplicação da lógica matemática no processo de tomada de decisões nos jogos e, por extensão, na economia, na política e na guerra — situações caracterizadas, como as dos jogos, por conflitos de interesses, informações incompletas e acaso. A analogia entre as competições nos jogos e na economia foi desenvolvida por Johannes von Neumann e Oskar Morgenstern em seu livro *Teoria dos Jogos e do Comportamento Econômico* (1944) (SANDRONI, 1999, p. 599).

4 A heterodoxia trata-se da rejeição dos pressupostos fundamentais da mainstream econômica, que justificam o comportamento dos agentes de uma economia. Assim, os economistas heterodoxos se caracterizam por aqueles entre outros que não aceitam que um programa de pesquisa seja alicerçado por meio de princípios da maximização da utilidade e de equilíbrio dos mercados (TERRAÇO ECONÔMICO, 2016).

Segundo Abramovay (2004), as relações socioeconômicas estabelecidas pelos indivíduos podem adquirir um caráter de reciprocidade. De fato a cooperação, a empatia e o altruísmo tem sido características fundamentais do homem social para sua preservação como um todo. “Uma sociedade em que os indivíduos têm a capacidade de levar em conta os interesses alheios consegue instituir formas de coordenação muito mais propícias aos processos de desenvolvimento” (Abramovay, 2004, p. 46). Perspectiva alternativa ao egoísmo como prática exclusiva do agir.

Amartya Sen (1999) ainda ressalta, que o egoísmo universal, visto como fundamento do agir humano, apresenta composições errôneas na formação de seu conceito, mas a partir do momento em que esse egoísmo universal passa a ser uma exigência da suposta racionalidade do agente econômico, transforma-se num alicerce incontestável apresentado como autoevidente.

É a partir da justificação e crítica diante da ideia do *homo economicus* como ponto de partida da explicação dos fenômenos econômicos, e em particular do agir social, que o presente trabalho será desenvolvido. Pretende-se entender e questionar os pressupostos que justificam a ideia do *homo economicus*, de forma a avaliar seu papel como âncora da teoria ortodoxa na explicação do comportamento socioeconômico.

Para isto, em um primeiro momento será realizada uma revisão bibliográfica apontando os principais pressupostos do corpo teórico *Homos Economicus*, sendo; John Locke, Adam Smith, Jeremy Bentham e John Stuart Mill.

Logo, apresentaremos uma perspectiva crítica deste pressuposto, apresentando alguns dos principais argumentos levantados por Karl Marx que exploram os limites do homem econômico e propõem interpretações alternativas e novas teorias do indivíduo. Interessa-nos aqui focar a crítica à condição de *indivíduo egoísta*, maximizador do autointeresse, analisando o papel da cooperação e da ajuda mútua como alicerces excluídos na perspectiva dominante, objeto de nosso trabalho. Finalmente, será dedicado de maneira sintetizada às conclusões do projeto.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Análise e Crítica do conceito *Homo Economicus*, como âncora da teoria ortodoxa na explicação dos agentes econômicos

Como entender as limitações do conceito do *Homo Economicus* para explicar o comportamento dos agentes econômicos em sociedade?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Revisar os fundamentos teóricos do conceito de *Homo Economicus* para compreender as suas limitações analíticas.

1.2.2 Objetivos específicos

1. Apontar os principais pressupostos do conceito *Homo Economicus* no pensamento dos principais autores ortodoxos da chamada escola liberal clássica;
2. Identificar os problemas e as deficiências analíticas das visões dos autores clássicos sobre o conceito de *Homo Economicus*;
3. Apresentar uma perspectiva crítica que explore as limitações do conceito “homem econômico”.

1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse na elaboração do presente projeto teve como ponto de partida as experiências vivenciadas pelo autor em um grupo de pesquisa e extensão, cujos estudos eram focados em torno da Economia Solidária e Cooperação coletiva. Assim pretende-se contribuir com estudos de teoria econômica que tratem da natureza coletiva e altruísta do ser humano, revisando a vertente individualista lançada pela Economia Ortodoxa, que é a mais utilizada nas escolas de economia. Visto, que os comportamentos individuais estão inseridos num complexo sistema social, consideramos que, deve-se alçar a luz de novos campos do conhecimento da Ciência Econômica em busca de respostas mais adequadas para compreender o agir econômico e a satisfação de suas necessidades e reconhecimento.

Os estudos nesse campo do conhecimento ainda encontram-se subestimados pela ortodoxia, por isso o proposto estudo objetiva-se através do resgate de autores críticos da economia política, e buscando alguns elementos da psicologia também, a fim de, o lançar sobre o estudo do comportamento humano dentro da economia; considerando o ser humano não o apenas como uma calculadora utilitarista e maximizador do seu bem-estar individual, mas como um indivíduo repleto de nuances e atributos provenientes da vivência em sociedade, sobrepondo ao homem econômico egoísta, outros múltiplos aspectos (afetivos, solidários e altruístas) que concretizam as decisões do ser humano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir será apresentado o referencial teórico deste estudo com intuito de formar um corpo teórico alicerçado em algumas teorias e hipóteses fundamentais em torno da problemática, o qual de suma importância para a construção da crítica abordada aqui e sendo um material essencial para o desfecho deste trabalho.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO ECONÔMICO

2.1.1 Propriedade um Bem Natural

Ao nos depararmos ante a figura do indivíduo como um ser provido de capacidades cognitivas superiores e com uma propensão a agregar valores éticos e morais aos bens de sua propriedade, devemos recuperar algumas ideias fundamentais de selecionados clássicos da Economia Política. Logo, iniciamos a essa linha do tempo em fins do século XVII, com o filósofo John Locke, grande defensor do individualismo liberal e do direito de propriedade. Este autor, em seu escopo de ideias em torno da figura do indivíduo assentava-se no fato de que as organizações das sociedades civilizadas partem de um estado de natureza,

“O estado de natureza tem uma lei de natureza a governá-lo e que a todos submete; e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que apenas a consultam que, sendo todos iguais e independentes, nenhum deve prejudicar a outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses” (WEFFORT, 2011, p. 73).

O indivíduo antecede a sociedade e a formação do Estado moderno e assim, “Locke compreende o indivíduo como sendo consciência pura, [...]” (DAVIS, 2003, p.6 *apud* De SOUZA, 2014, p. 12). interagindo neste período anterior a organização em sociedade num estado pré-social e pré-político caracterizado pela perfeita igualdade e liberdade, estado esse reconhecido como um estado de natureza, em que dotados de razão todos coexistiam de maneira relativamente harmônica e pacífica já em gozo de propriedades entendidas como direitos naturais do homem como; a vida, a liberdade e os bens (WEFFORT, 2011).

“John Locke e a teoria social do liberalismo,[...], conceberam o homem como um ser capaz de dispor de si próprio de modo racional. O homem conhecido como o *sujeito* da ação, que possui a si mesmo e que, portanto, tem o direito à liberdade pública e privada” (STRASSER, 1978, pp. 73-74).

Locke, ainda arroga os bens ao alcance dos indivíduos como sendo eles móveis e imóveis, estes já encontrados em posse do ser humano em seu estado primitivo de natureza, orientados⁵ como um direito natural antecessor a sociedade e que não pode ser contestado por um Estado-Maior. Porém, esse estado de natureza harmônica tendia a um desequilíbrio interno conduzido (ainda que instintivamente pela natureza humana) a um estado de guerra a medida em que os indivíduos em busca da satisfação de suas necessidades e aspirações poderiam submeter uns aos outros a sua autoridade; com esses argumentos Locke lança a prerrogativa da criação de uma comunidade (Estado) sendo função deste garantir a segurança e a legitimidade dos bens privados assim como dos direitos individuais de cada indivíduo que o constituía.

Ademais, a esse direito natural é atribuído a forças divinas que por meio da presença de um Deus, lhes concedera a terra e tudo que ela contém que a partir da transformação dos bens rudimentares em estado natural oferecidos por ela, por meio do trabalho, passava a ser corporificar como sendo propriedade de quem havia aplicado a sua energia nessa transformação; “O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que exclui do direito comum de outros homens”(LOCKE, 1973, p. 50).

Conforme Weffort (2011) enfatiza, ao submeter a propriedade ao trabalho apresentava contenções, limites esses incorporados pelas próprias restrições do trabalho.

A propriedade, se salvaguardada e protegida pelo direito, é condição de viabilidade da sociedade e também, a um só tempo, seu fim (telos) e felicidade. Assentando a fonte da propriedade (que se traduz numa acumulação de bens) no trabalho, ele diferencia os homens nas suas qualidades laboriosas, o que definiria uma distribuição desigual dos bens e do seu bem maior, a terra (BIANCH, 1988 & VIDONNE, 1986 *apud* GANEM, 2000, p. 16).

Assim surgindo a necessidade da troca de excedentes do trabalho então realizado por um indivíduo com a parte que não lhe o seu trabalho na produção de outros bens, “[...] o fenômeno da troca e suas instituições, dinheiro e mercado, consequentemente assumiu um papel importante” (STRASSER, 1978, p. 74).

“E assim originou-se o uso do dinheiro – algo duradouro que os pudessem guardar sem estragar-se, e por consentimento mútuo recebesse em troca de sustentáculos da vida, verdadeiramente úteis e perecíveis” (LOCKE, 1973, p. 59). Dessa forma o trabalho constitui todos os objetos que podem ser plausíveis de propriedade, igualmente na busca de satisfazer suas aspirações que seu trabalho não mais suficiente é incorporado valores aos bens produzidos por

5 Em seu mais amplo sentido filosófico, o POSITIVISMO refere-se à teoria do conhecimento proposta por Francis Bacon, John Locke e Isaac Newton, a qual afirma a primazia da observação e a busca da explicação causal por meio da generalização indutiva (KOLAKOWSKI, 1966 *apud* OUTHWAITE, 1996, p. 593).

diferentes indivíduos de modo a garantir seu intercâmbio entre si assegurando a sua reprodução social.

2.1.2 O *Homo Economicus* Smithiano

Avançado o século XVIII o corpo de pensamento que viria a se constituir uma das principais correntes do *Homo economicus*, é retomado por Adam Smith em uma obra muito importante. A “*Teoria dos Sentimentos Morais*”⁶. Esta obra entende o homem com um ser condicionado por paixões e virtudes que tendem a contribuir com suas volições e a influenciar suas ações. “Para Adam Smith (1723-1790), a chave da compreensão da unidade de internalização [...] da manifestação dos interesses individuais em instituições, [...] é o conceito da natureza humana” (STRASSER, 1978, p. 75). Dessa forma, as bases sensíveis da natureza humana quanto a percepção individual do mundo a sua volta e seu conjunto de sentimentos e sensações constituem os alicerces do agir do homem.

O indivíduo smithiano é um ser sociável, plausível de punições pela prática de vícios, de maneira que, para se tornar um homem virtuoso, deve introspectar as paixões sociáveis de seus iguais: “Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, [...] embora nada extraia disso se não o prazer de assisti-la” (SMITH, 1999, p. 5). Assim, intitulando esse conjunto de encantos de simpatia, definida como um sentimento que conduz a um estado de espírito capaz de mensurar e determinar uma conduta perfeita a ser seguida em meio ao emaranhado de relações sociais que circundam determinado indivíduo,

O conceito de simpatia serve como um artifício analítico de importância fundamental para Smith, na medida em que a compreensão simpatética e o conhecimento valorativo simpatético constituem o conceito de reciprocidade social e permeia toda sua elaboração de teoria sociológica [...] (STRASSER, 1978, p. 77).

Em consideração a esse conjunto de atributos, acrescenta-se a existência de outras paixões como: bondade, generosidade, amizade, beneficência e justiça. Indispensáveis a conduta humana (AVILA, 2014). Ainda, no contexto de sociabilização do homem resplandece a um enigma. As atitudes a serem tomadas ancoradas em *virtudes morais* são influenciadas por *conveniências* perante o indivíduo ator desta ação. “O caráter de cada indivíduo, na medida em que pode afetar a felicidade de outras pessoas, deve fazê-lo pela sua disposição seja de prejudicar, seja de beneficiá-

6 A Teoria dos Sentimentos Morais (TSM) publicada em 1759.

las” (SMITH, 1999, p. 274). Essa concepção também perpassa pela orientação da aprovação ou reprovação do comportamento de seu semelhante.

Mas esse desejo de aprovação e essa aversão a desaprovação de seus irmãos não seriam suficientes para torná-lo adequado à sociedade para a qual foi criado. A natureza o dotou, pois, não apenas de um desejo de ser aprovado, mas de se tornar objeto de aprovação necessária, ou de ser aprovado pelo que ele mesmo aprova em outros homens (SMITH, 1999, p. 146).

Porém, “As *paixões* tendem a contrapor-se e a equilibrar-se em um balanço estável feito em cada um de nós” (FEIJÓ, 2007, p. 114). Ou seja, *depende da aprovação de terceiros* e ainda mais fortemente pela influência de seu próprio juízo de valor, O “espectador imparcial”,

O ‘espectador imparcial’ relaciona-se com o julgamento moral do ator, o julgamento de sua própria consciência. Para Smith, a noção do ‘homem dentro de seu peito’ representa uma imagem ‘óculos que nos possibilita, até certo ponto, perscrutar a propriedade da nossa própria conduta através dos olhos de outras pessoas’ (STRASSER, 1978, p. 77).

Dessa forma os sentimentos morais que imperam sobre o comportamento humano levam os indivíduos a relações sociais positivas entre si, da mesma forma que o controle moral de cada indivíduo é um aspecto interno inerente a todo ser humano “civilizado” assim compatibilizando com o todo social (CARNOY, 2011).

Já em sua obra que mais se conhece entre as escolas de economia, “*A Riqueza das Nações*”⁷, Smith encontra e reconhece o indivíduo como um ser dotado de propensões, talentos e preferências, propensão essa sempre o orientando para a troca. “Motivações e preferências também seriam igualmente importantes, ressaltando o fato de que o autointeresse, mesmo se for a principal motivação da atividade econômica, é uma entre uma série de motivações do comportamento humano” (De SOUZA, 2014, p. 14), *tendo por finalidade satisfazer uma determinada necessidade, constituído o autointeresse como a principal motivação para sua realização. “Portanto, todo homem está muito mais profundamente interessado no que diz respeito imediatamente a si, do que diz respeito a outro homem qualquer; [...]”* (SMITH, 1999, p. 103). Neste momento encontra-se a emergência da busca individual de uma condição de *status* social, ressaltando-o aparentemente como, “um caso particular de sociabilização: a econômica” (ÁVILA, 2014, p. 314). O motivo para a vantagem econômica é ‘não mais tornar-se independente, mas tornar-se um simples instrumento do desejo de consideração’” (HIRSCHMAN, *apud* CARNOY, 2011, p. 38).

Logo os talentos são condicionantes de um sistema de trocas, “Dicho principio operaba delineando la topografia social, inscribiendo en ella una serie de roles funcionales diferenciados,

7 Riquezas das Nações (RN) publicada em 1776.

adaptando actividades entre sí y elaborando métodos de esfuerzos cooperativos” (WOLIN, 1960, p. 312), uma vez que, quem tem habilidade em determinada atividade deve-se especializar nesta como garantia de poder trocá-la por aquilo em que não é hábil,

E assim, a certeza de ser capaz de trocar todo aquele excesso do produto dos outros homens quando tiver ocasião, encoraja todo homem a aplicar-se a uma ocupação em especial, e cultivar e levar a perfeição o talento ou o gênio que ele possa possuir para essa particular espécie de negócio (SMITH, 1988, p. 25).

E assim, parte-se da condição de que a escolha racional é um componente natural do comportamento econômico, “separando o homem de seres inferiores que não possuem a mesma capacidade de raciocínio” (SMITH, 1988, p. 24). É neste ponto de inflexão entre suas duas principais teorias, que encontramos um de seus mais exímios preceitos de defesa do comportamento maximizador do autointeresse individual.

É, pois, esta propensão para a troca, entendida como tendência inerente à natureza humana, anterior à própria circulação dos bens, que leva as sociedades humanas a organizar-se de tal forma que as relações de produção, baseadas na especialização de cada trabalhador, permitem levar ao mais alto grau de realização aquela propensão para a troca (NUNES, 2005, p. 8).

Ainda nesse movimento de trocas pelo trabalho individual em que assegura-se a sobrevivência do todo, necessitando em demasiadas circunstâncias da ajuda um do outro abraçados por elos de amor e afeição, “[...] alentando a cada uno a desarrollar sus talentos de modo socialmente más beneficioso” (WOLIN, 1960, p.312), conduzindo-os de maneira orgânica para um fulcro de bens recíprocos.

“Na corrida pela riqueza, honras e privilégios, poderá correr o mais que puder, tensionando cada nervo e cada músculo, para superar todos os seus competidores. Mas se empurra ou derruba qualquer um destes, a tolerância dos espectadores acaba de todo. É uma violação à equidade, que não podem aceitar. Para eles, em todos os aspectos, esse homem é tão bom quanto o concorrente: não partilharão desse amor-próprio, por meio do qual prefere tanto mais a si que ao outro e não podem acender ao motivo pelo qual prejudicou a esse outro” (SMITH, 1999, p. 104).

Dessa forma, *o egoísmo é colocado como um desdobramento da moralidade*, bem como o acúmulo de riqueza e a avareza são condições viáveis e não imorais pois a procura individual e sua maximização conduz ainda que inconscientemente a um benefício geral: “Smith solucionou a contradição entre os objetivos conflitantes que os atores humanos aspiram invocando a ‘mão invisível’, isto é, reunindo-os sob um denominador comum, a experiência social” (STRASSER, 1978, pp. 79-80). De modo que a busca e o desejo pelo aumento da riqueza assim como o desejo por uma melhor condição de *status* social, são exaltadas: “Os homens buscam a riqueza a fim de

ostentarem símbolos de *status* social e obter admiração e respeito dos demais” (FEIJÓ, 2007, p. 114), tornando-se assim uma virtude individual inerente a natureza humana.

A partir desses fatos é central a figura do mercado, conforme afirma STRASSER (1978, p.81), “Foi a instituição do mercado e a formulação de suas leis que finalizaram a busca de Smith pela ‘mão invisível’, que conduz ‘as paixões e interesses particulares dos homens’ na direção ‘mais conveniente para interesse da sociedade como um todo’”. Nesse movimento também é sublimado à mão invisível um componente orgânico, “A ‘mão invisível’ não era fruto do desígnio de qualquer indivíduo. Era, simplesmente, o funcionamento sistemático das *leis naturais*” (HUNT, 2005, p. 41).

Com essa perspectiva nos é permitido visualizar a “mão invisível” de Adam Smith como um viabilizador e um cimento social da própria organização coletiva, conduzindo a cada indivíduo em particular na busca por uma recompensa a qual, no final, a soma destas buscas particulares constituirá um bem maior do qual todos desfrutarão.

A mão invisível é mais do que um operador técnico, ela é um operador social e a ideia de mercado de Adam Smith se constitui numa teoria da sociedade, numa explicação da lógica dos fenômenos coletivos. Ela é, em última análise, a própria explicação da emergência da ordem social liberal (GANEM, 2000, p.31).

Ainda nesse sentido, Adam Smith acentua, na RN, essa riqueza como proveniente de um conjunto de valores de uso em posse de um indivíduo em determinado período, ou seja, o alcance a riqueza produzida pelos outros depende da capacidade de transformação e quantidade em valor de troca de suas mercadorias. “Importa observar que a palavra VALOR tem dois significados; às vezes designa a utilidade de um determinado objeto, e outras vezes o poder de compra que o referido objeto possui em relação a outras mercadorias” (SMITH, 1988, p.35). Com essa perspectiva, Adam Smith projeta o poder da posse que os diferentes bens em mãos de determinados indivíduos lhe proporcionam na acumulação de capital, aqui subentendido como riqueza,

Smith assumiu a existência de uma sociedade com liberdade perfeita, uma sociedade em que todos eram livres [...]. A harmonia dos interesses dominou com um mercado livre e competitivo, forçando a cada indivíduo a servir a sociedade enquanto serve a si mesmo (BRUE & GRANT, 2016, pp.83-89).

De modo que em sua visão, a sociedade como um todo é dirigida a um estado de trocas constantes e infinitas que, na busca por aumentar as riquezas individuais de cada agente será direcionada cada vez mais para um comportamento de intercâmbio, sendo o mercado sem interferência e pela sua própria regulação, resumindo na figura da “mão invisível” o local mais adequado para o estabelecimento de vínculos sociais, onde todos caminhariam em direção a seus

próprios interesses constituindo assim um substrato para a germinação e florescimento de uma sociedade em que diferentes interesses caminhariam para uma sociedade em harmonia.

Em síntese, o modelo de indivíduo de Adam Smith é um ser dotado de razão e uma capacidade cognitiva avançada, o qual participa de forma indireta na construção do bem-estar geral mesmo não a considerando em seu ínfimo, que por meio da soma das realizações e dos resultados parciais de cada um constituirá essa um bem comum geral, dessa forma o egoísmo é tido como um componente natural e indispensável na construção dos vínculos sociais de uma civilização.

2.1.3 O Indivíduo Utilitarista: de Jeremy Bentham

Em meados do século XVIII, começa-se a emergir uma nova escola de pensamento, denominada UTILITARISMO. Nesse momento surge Jeremy Bentham (1748-1832), grande filósofo e jurista que se colocou contra o modelo de contratualista da filosofia política da época, defendendo a inexistência de direitos naturais e pactos sociais, colocando a declaração francesa dos direitos fundamentais como “invenções” humanas, ou seja, direitos idealizados e não reais “Bentham se aproximaria das teorias *teleológicas*⁸, com a ideia de que o Estado deve ser instrumentalizado para fazer com que a sociedade evolua cada vez mais para uma situação de igualdade” (CHIAPPIN, 2014, p. 492). Como corolário, Bentham caminha em direção da construção de uma máxima em busca de um protótipo de Estado ideal: sendo o maior mandamento de seus ensinamentos resumido na conhecida fórmula *bem maior para a maior quantidade*.

Decorre-se ainda nesse mesmo intervalo de tempo adoção da epistemologia como o novo método explicativo das causas e fenômenos naturais, abandonando a fundamentação ontológica⁹ (PELUSO, 1998):

La teoría ética de la cual había dependido la filosofía de los derechos naturales era necesariamente intuitiva. No hay manera de defender una teoría de derechos individuales imprescriptibles excepto para afirmar, como lo habían hecho Locke y Jefferson, que esos derechos son evidentes por sí mismos. Pero la tendencia de la ciencia en general y del

8 A palavra deriva do grego *telos*, que significa *finalidade*. [...]. A EXPLICAÇÃO teleológica do comportamento do seres humanos e de outros animais superiores em termos de metas percebidas tornou-se, porém, mais amplamente aceita. Enquanto o POSITIVISMO e o COMPORTAMENTALISMO confiam essencialmente em explicações mecânicas em função de causas antecedentes, a HERMENÊUTICA, a teoria da escolha racional e abordagens afins ressuscitaram a ideia de que a explicação das ações humanas deve incluir a referência a intenções e finalidades humanas e/ou práticas culturais estabelecidas (OUTHWAITE, 1996, p.760).

9 **Ontologia** Podem-se atribuir ao termo dois sentidos distintos: ou (1) o ramo da filosofia que trata da natureza da existência ou do ser como ser, independentemente de quais objetos existentes (ontologia filosófica); ou (2) as entidades postuladas ou pressupostas por alguma teoria científica (ontologia científica). O sentido (2) está relativamente livre de problemas e pode ser generalizado para contextos extracientíficos (OUTHWAITE, 1996, p.535).

pensamiento social en particular se inclinaba bastante hacia el empirismo y, por tanto se alejaba de la fe en que una declaración pueda ser tomada como axiomática porque parezca obvia (SABINE, 1982, p. 490)

Outrossim, a virada *epistemológica*¹⁰ passa a ser adotada pela Escola Utilitarista passando a trabalhar em suas hipóteses a racionalidade do indivíduo,

Considera-se como tese epistemológica do autor a afirmação de que o conhecimento é possível a partir da experiência, sem o auxílio de princípios transcendentais a priori. Em outras palavras, Bentham utiliza a tese epistemológica, denominada tese empirista, de que todo conhecimento provém da experiência, [...] (DIAS, 2012, p. 7)

imbuindo o ser humano de uma capacidade cognitiva capaz de compreender o mundo a sua volta através da razão e da lógica. Assim, adotando como método de *previsibilidade* do comportamento humano um conjunto de leis de racionalidade empírica, a experiência é tida como um instrumento de análise, tanto para entender a conduta humana, como para buscar uma resolução a seus possíveis problemas. Assim, surge um princípio geral para tal ação (PELUSO, 1998),

Descrente dos pactos e contratos e convicto dos ideais de igualdade e do direito à busca individual da felicidade, Bentham pergunta-se por que, afinal, os homens seriam obrigados a cumprir compromissos morais. [...] responde ele. O que nos obriga é a coerência lógica. O que pode nos obrigar a agir moralmente somos nós mesmos, a nossa consciência e, mais do que isso, a nossa conveniência (THIRY-CHERQUES, 2002, p.298).

Proclamado por Jeremy Bentham em sua obra, “*Introduction to the Principles of Morals and Legislation*”¹¹ unia la psicología, la ética y la jurisprudência en torno a las líneas sugeridas ya por Helvecio (SABINE, 1982, p. 494). No *Principio da Utilidade* (1789) colocava o ser humano como sendo escravo de dois senhores: a dor e o prazer. “Ao trono desses **dois senhores** está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos” (BENTHAM, 1974, p. 9).

Dessa forma, introduzindo *o prazer com o único bem e a dor o seu inverso*, assim Bentham busca através da própria natureza humana construir um princípio que seja equivalente a ela e não distorça seu real significado, sendo este o *Principio da Utilidade*, responsável por aprovar e desaprovar toda e qualquer ação ou tendência que haja de forma a aumentar ou diminuir o prazer ou a dor do indivíduo interessado e ou envolvido (DIAS, 2012).

O termo utilidade designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade e virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem

10 **Empirismo** Indica um conjunto de teorias de explicação, definição e justificação de nossos conceitos e/ou conhecimento, no sentido de que estes são derivados dos sentidos (ou da introspecção) e/ou podem ser explicados (e/ou justificados) em termos da experiência destes. [...]. Característico do POSITIVISMO em geral o empirismo tem sido a epistemologia e a teoria da ciência [...] (OUTHWAITE, 1996, p.237).

11 Publicada em edição privada em 1780 y editada em 1789.

ou felicidade (tudo isto, no caso presente, se reduz a mesma coisa), ou (o que novamente equivale à mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta; se esta parte for a comunidade em geral, tratar-se-á da felicidade da comunidade, ao passo que, em se tratando de um indivíduo particular, estará em jogo a felicidade do mencionado indivíduo (BENTHAM, 1974, p. 10).

Então, o *Princípio da Utilidade* passa a ser um instrumento fundamental na busca da felicidade, “El placer y el dolor, sostenía Bentham, aportan no sólo la norma de valor necesaria para una jurisprudencia “crítica” sino también las causas de la conducta humana mediante las cuales el legislador hábil puede controlarla y dirigirla” (SABINE, 1982, p. 494). Trazendo juntamente consigo a medida inseparável de um bem a sua utilidade, apontada como sendo aquela capaz de aumentar ou diminuir a felicidade do indivíduo em questão, ou seja, atender de forma direta e racional o interesse dos envolvidos em determinada situação.

Deste modo conclui-se o *principal mandamento da escola utilitarista*: o **“eticamente correto é o que proporciona ‘o maior bem para o maior número possível de pessoas’”** (THIRY-CHERQUES (2002, p. 298). Logo, o prazer e a dor são direcionados como força motivadoras sendo plausíveis de medida e cálculos de quantidade e qualidade.

Suponía como había sucedido generalmente con los moralistas hedonistas, que el placer y el dolor son susceptibles de ser medidos, compensando una cantidad dada de uno al equivalente del otro, y además que pueden ser sumados, de modo que puede calcularse una suma de placeres, lo que definirá la mayor felicidad de un individuo y de un grupo de individuos (SABINE, 1982, p. 494).

Portanto, o *Princípio da Utilidade* formula um sistema teórico moral, em que interessa saber os motivos que tendem a aumentar os prazeres e a felicidade de um indivíduo e consequentemente outros de sua comunidade sejam igualmente afetados, e os que tendem a produzir um efeito contrário (DIAS, 2012, p. 478). De modo que, o legislador que possua o poder sobre o estado em suas mãos e busque formas de tornar tal estado de dor e tristeza suportável e/ou superado. “Porque aunque la coacción es siempre un mal, como creía Bentham, es un mal necesario y los límites de su aplicación sólo están em su capacidad para evitar un mal mayor” (SABINE, 1982, p. 503). Nesse movimento, para compreender a ação de determinado indivíduo ou grupo de indivíduos ou ainda de um legislador, deve-se ter em conta causas e efeitos de tal ação em proporcionar prazer ou dor analisando de forma racional e sistemática alguns elementos colocados por Bentham. Em relação as causas, o mesmo destaca **“As quatro sanções ou fontes da dor e do prazer”**, destarte, “Existe quatro fontes distintas, das quais costumam derivar o prazer e a dor; consideradas em separado, podemos designá-las como **fonte física, fonte política, fonte moral e fonte religiosa**” (BENTHAM, 1974, p. 19).

Assim, para Bentham *As quatro sanções ou fontes da dor e do prazer*, (1974, pp.19-20) funcionam da seguinte da forma;

- O prazer e a dor decorrente do curso natural da vida terrena sem qualquer interferência seja mística ou não, relaciona-se com a fonte *física*;
- O prazer e a dor proveniente de algo ou um ser em particular, ou ainda de um grupo particular dentro de uma comunidade, estes *juízes* imbuídos a professar a vontade de um soberano ou em nome de um governante de Estado, estas emanam de uma fonte *política*;
- O prazer e a dor oriundos controlados por pessoas consideradas ídolos de uma comunidade, e não por um código preestabelecido, provêm de uma fonte *moral* ou *popular*;
- O prazer e a dor contingenciados por um ser invisível e superior “de um deus ou deuses”, podendo ser experienciados em terra ou após, estas emanam da fonte *religiosa*.

Após nomear *As quatro sanções ou fontes da dor e do prazer*, Bentham afirma que elas não se distanciam uma da outra, destacando como único atributo diferenciador as circunstâncias que as acompanham. Atentando para o fato de que a sanção *física* é o fundamento das outras três da mesma forma que pode acontecer de maneira autônoma em relação as demais, não obstante as mesmas tendo a fonte *física* como chave de funcionamento (BENTHAM, 1974, p. 20).

Com isso Jeremy Bentham lança a luz um *método* para mensurar os efeitos de uma determinada ação na soma dos *prazeres* e das *dores*. “Os prazeres e as dores constituem os *instrumentos* com os quais o legislador deve trabalhar” (BENTHAM, 1974, p. 22). Sendo quatro elementos principais que devem se levar em conta no calculo dessa mensuração; a *intensidade*, a *duração*, a *certeza* ou *incerteza* e sua *proximidade* ou *longinquidade*, ainda sendo necessário a consideração de outros elementos secundários que devem devotá-los, os quais a *fecundidade* a essa característica são remetidas as chances do prazer ou da dor de serem seguidos por sensações de mesma espécie, a *pureza* diz respeito as chances do prazer e dor não sejam perseguidos de sensações contrárias e a sua *extensão*, este referindo a número de total de pessoas que serão afetadas por ambas as sensações (DIAS, 2012).

Para a utilização do método e a verificação das forças que tendem a serem positivas, é basilar a construção de um balanço;

Inicia-se primeiro por uma das pessoas cujos interesses pareçam ser mais imediatamente afetados pelo ato em questão, e procura-se fazer apreciação dos seguintes elementos: a) o valor de cada prazer distinto que se manifesta como produzido pelo ato em primeira instância, b) o valor de cada dor distinta que se manifesta como produzida pelo ato em primeira instância, c) o valor de cada prazer produzido pelo ato em segunda instância (que é

a fecundidade do primeiro prazer), d) o valor de cada dor que se manifesta como produzida pelo ato após a primeira dor, isto constitui a fecundidade da primeira dor, e) somam-se todos os valores de todos os prazeres de um lado e todos os valores de todas as dores de outro (DIAS, 2012, p. 488).

Diante de tais fatos analisa-se as informações obtidas nesse balanço verificando-se a tendência da ação do indivíduo frente a comunidade em geral, assim aplicável aos dois extremos da narrativa de Bentham escrita aqui; *o prazer e a dor*.

O processo pode ser aplicado ao prazer, quer este se denomine um *bem* (o qual constitui propriamente a causa ou o instrumento do prazer), quer se chame *proveito* (o qual constitui um prazer distante, ou a causa ou a causa ou instrumento de um prazer distante), ou conveniência, ou *vantagem*, *benefício*, *recompensa*, *felicidade* e assim por diante. Pode o método também ser aplicado à dor, quer esta se denomine um *mal* (o qual equivale o oposto do *bem*), quer se chame *prejuízo*, ou inconveniência, ou desvantagem, ou *perda*, ou *infelicidade*, e assim por diante (BENTHAM, 1974, p. 24).

Assim, “a solução é conduzida com base no critério de balanço entre prazer e dor ou em termos de prazer líquido (em linguagem contemporânea pode-se dizer custo-benefício) das consequências de um ato qualquer” (DIAS, 2012, p. 7). *Essa assertiva acomoda-se também na condição do egoísmo psicológico incitado por Bentham, inferindo a proposição de que um indivíduo só age em concordância com suas próprias ambições e interesses, não encontrando motivos para interessar-se pela sorte de outrem, só haverá um comportamento favorável a outrem, desde de que esse motivo seja de seu interesse,*

Em toda esta cadeia de motivos, o elo principal parece ser o último motivo interno em perspectiva [...]. Este motivo em perspectiva, como vemos, é sempre algum prazer, ou alguma dor; algum prazer, ao qual ato em questão – assim se espera – interromperá ou evitará. Um motivo não é substancialmente outra coisa senão o prazer ou a dor operando de uma determinada forma (BENTHAM, 1974, p. 37).

Em decorrência do fenômeno psicológico da previsão de um ato tendo como aparelho locomotor o motivo da ação, “O que Bentham sustenta é que este motivo existe e que pode ser demonstrado racionalmente” (THIRY-CHERQUES, 2002, p. 298),

A partir dessas constatações — de que não existe nem pode existir uma moral natural e de que o prazer é o eixo da vida sensível —, Bentham conclui que a única determinação racional do comportamento moral da humanidade, a chave do eticamente correto, é o prazer, a satisfação dos desejos de todos ou, pelo menos, da maioria (Laval, 1994, *apud* THIRY-CHERQUES, 2002, p. 299).

Em suma, Bentham coloca os indivíduos como sendo resultado de um conjunto de interações racionais que podem ser *matematizadas*. O indivíduo considera-se como sendo dotado de uma razão *calculadora* a qual usará por meio de ferramentas mentais predispostas a *antecipação de resultados* que tendem a afetar a soma de seus prazeres ou dores, sujeito este subjugado a uma

condição de *hedonismo*¹², agindo isoladamente, ou seja, de maneira *egoísta* indicando a necessidade imprescindível da realização de um cálculo de prazeres (hedônico) como critério fundamental de racionalidade socioeconômica.

2.1.4. A concepção de Indivíduo de John Stuart Mill

Tempo depois o pensamento utilitarista foi refundado pelo filósofo e economista John Stuart Mill (1803-873), na sua obra de maior conhecimento “*Utilitarismo*”. Em seu ensaio “*Da definição da economia política e do método de investigação próprio a ela*”, o autor busca argumentos para a construção do objetivo da Economia política assim detalhado e sistematizando¹³ os processos dentro das ciências que concerne à Economia. Em determinada parte J. S. Mill define o homem como parte dos objetos de estudo da Ciência Econômica, visto como dotado de capacidade mentais e morais apuradas, o qual sucessivamente vai estabelecendo contato com seus iguais;

O homem, que, considerado como um ser tendo uma moral ou natureza mental, é o objeto de estudo de todas as ciências morais, pode, com relação àquela parte de sua natureza, formar o objeto da investigação filosófica sob várias hipóteses distintas. Podemos investigar o que pertence ao homem considerado individualmente, como se nenhum ser humano existisse além dele próprio; podemos a seguir considerá-lo enquanto estabelece contato com outros indivíduos; e finalmente, enquanto vive num estado de sociedade, isto é, enquanto toma parte de um corpo ou agregado de seres humanos, cooperando sistematicamente para fins comuns (MILL, 1974, p. 298).

Iconicamente J. S. Mill constrói um modelo de indivíduo como ponto de partida para os mais variados tipos de análise. A partir desse argumento é lançado a uma série de decomposições de atributos típicos deste modelo de indivíduo no tocante a alcançar um modelo ideal de análise para a Economia Política, as quais conduzem para a decodificação do comportamento do homem bem com suas escolhas individuais. De imediato, J. S. Mill oferece uma figura de indivíduo apropriado para análise da econômica, *dissociando* seu caráter enquanto um ser sociável de seu comportamento egoísta,

Diz respeito ao homem somente enquanto um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter aquele fim. Prediz unicamente

12 Chamou-se “hedonismo” a tendência que consiste em considerar que o prazer é um bem; em muitos casos julga-se que o prazer é o maior bem, ou identifica-se ‘prazer’ com ‘bem’ (FERRATER, 2005, p.1291).

13 Também ressaltava a importância e seu posicionamento a favor de uma ciência social baseada indução tendo como a experiência o eixo central das premissas desta ciência sistematizando em um ensaio sob o título de “*SISTEMA DE LÓGICA DEDUTIVA E INDUTIVA exposição dos princípios da prova e dos métodos de investigação científica*” Também apregoava a liberdade de opinião como grande cúmplice do desenvolvimento intelectual registrado em seu livro “*Sobre a liberdade*”, assim como os limites da atuação de um governo sobre seus indivíduos e dos próprios indivíduos, evidenciando também a necessidade de adoção de uma forma de governo ideal, este reservado em sua obra “*O Governo Representativo*”.

aqueles fenômenos do estado social que ocorrem em consequência da busca pela riqueza. Faz total abstração de toda outra paixão ou motivo humano, exceto aqueles que podem ser tidos como princípios perpetuamente antagonistas ao desejo de riqueza, notadamente a aversão ao trabalho e o desejo da satisfação presente de indulgências dispendiosas (MILL, 1974, p. 300).

Em termos gerais J. S. Mill, concede um homem *a priori* em que seus atos são puramente direcionados pelo impulso da acumulação de riqueza, assim o indivíduo ressaltado nesse ensaio é um egoísta por natureza “[...] o homem é um ser que é determinado, pela necessidade de sua natureza, a preferir uma maior porção de riqueza ao invés de uma menor em todos os casos [...]” (MILL, 1974, p.301), também evidenciando alguns casos os quais chama de *causas perturbadoras* em que esse indivíduo não age em consonância com o *princípio máximo de acumulação*, “com relação àquelas partes da conduta humana das quais a riqueza não é precisamente o objeto principal a economia política não pretende que suas conclusões sejam aplicáveis a estas partes” (MILL, 1974, p.301). *J. S. Mill Reduz o ser humano a um mero resultado das forças da natureza, comparando com princípios da geometria:*

A geometria pressupõe uma definição arbitrária de uma reta – ‘aquela que tem comprimento mas não largura’. De modo exatamente análogo a economia política pressupõe uma definição arbitrária do homem com ser que invariavelmente realiza aquilo através do que obter a maior soma das coisas necessárias, de conveniências e de luxos com menor quantidade de trabalho e abnegação física exigidas para poder obtê-los no estado existente de conhecimento (MILL, 1974, p. 304).

Transformando essa proposição em uma máxima intuitiva e sedutora, J.S. Mill seguindo a lógica *hedonista* usada por seu antecessor Jeremy Bentham refunda o *UTILITARISMO*, fazendo apontamentos a algumas precipitações que Bentham havia tomado em seu modelo indivíduo e ressaltando um caráter social além do racional, indicando falhas ao axioma entre *prazer/felicidade* postulado anteriormente,

Mas enquanto a utilidade para Bentham confunde felicidade e prazer — consistindo o utilitarismo em um hedonismo —, para Mill é preciso separar a felicidade do prazer. A utilidade é a felicidade, consistindo o utilitarismo em um eudemonismo. Mais do que isso. O prazer é necessário para a felicidade, mas não é suficiente (THIRY-CHERQUES, 2002, p. 303).

Decorre-se o fato de que J. S. Mill, enfatizou a construção de um *sistema de moral* mais denso, “[...] os princípios da moral são evidentes *a priori*, nada exigindo para fazer jus a aprovação, exceto que os significados dos termos sejam entendidos” (MILL, 2007, p.17), de modo a adequar-se com a *complexa natureza* do indivíduo até então subestimada por Jeremy Bentham, “porque a natureza humana de seu sujeito é uma natureza humana mais complexa que deriva um princípio da

utilidade mais complexo e, portanto leva à elaboração de uma moralidade mais complexa, com mais espaço para regras morais” (DIAS, 2012, p. 490).

“El deseo de lograr el mayor placer es el único motivo que guía individuo y la mayor felicidad de todos es, a la vez, la norma del bien social y el objeto de toda acción moral. [...] los placeres pueden graduarse como superiores o inferiores por su calidade moral” (SABINE, 1982, p. 514).

Coerentemente com essa pressuposição levantada por J.S. Mill, é resgatado em seus ensaios “*Sobre a Liberdade*” (1858), colocando em discussão as *tendências e inclinações* do ser humano em agir de acordo com seus *impulsos e desejos*, estes resultados das influências vivenciadas em um estado de *desenvolvimento da individualidade*, “A natureza humana não é uma máquina a ser construído a partir de um modelo [...], mas uma árvore que necessita crescer e se desenvolver (MILL, 2006, p. 88). Emerge-se assim uma *racionalidade* condicionada por experiências individuais, conjunto este não considerado por Jeremy Bentham em seu arquétipo de robô hedonista.

Si se creyera que el libre desarrollo de la individualidad es una de las esencias del bien-estar; que no sólo es un elemento coordinado con todo lo que se designa con los términos de civilización, instrucción, educación, cultura, sino que es en sí mismo una parte y condicion necesaria de todas estas cosas; no habría peligro de que se minusvaluara la libertad (MILL, 1858 *apud* SABINE, 1982, p. 515).

É destacado ainda por J. S. Mill, a *hierarquia* dos prazeres e das dores colocando a existência de prazeres corporais e intelectuais sendo estes superiores provenientes da mente que em sua leitura proporcionam uma sensação mais intensa e duradoura,

Deve se admitir, contudo, que os escritores utilitaristas em geral reconheceram a superioridade dos prazeres mentais sobre os corpóreos principalmente sobre principalmente pela maior permanência, segurança, pelo menor custo, etc., dos primeiros – ou seja, por suas vantagens circunstâncias mais do que por sua natureza intrínseca (MILL, 2007, p. 23).

Estabelece também os atributos do prazer e da dor, assim os sendo diferenciados em avaliados por sua *quantidade e qualidade*, “[...] Mill sustenta que o senso moral existe Que existem prazeres altos e prazeres baixos. E que é a qualidade dos prazeres que conta, não a sua quantidade” (THIRY-CHERQUES, 2002, p. 303). Enfatizando o *teste de qualidade* de determinado prazer a ser realizado aplicando a pessoas com que tenham maior sensibilidade de seus próprios atos assim pela sua preferência apontar o melhor entre ambos.

O teste de qualidade e a regra para avaliá-la em comparação com a quantidade, é a preferência sentida por aqueles, que por causa de suas oportunidades de experiência, por

causa também de terem o hábito de tomar consciência de si próprio e de praticar introspecção, estão melhora equipados com os meios de comparação (MILL, 2007, p. 28).

Logo J. S. Mill busca cortar a estreita relação constituída entre prazer e felicidade delimitando-as em seus conceitos, decorrendo o fato de que momentos de prazer são *transitórios* durando alguns dias ou horas, enquanto felicidade é vista como um *processo contínuo* de poucas dores e momentos de êxtase dominando nesse caso o ativo sobre o passivo, não extrapolando os limites do que a vida possa um dia oferecer (MILL, 2007, p. 29).

Nesse emaranhado de explicações a cerca do indivíduo como um animal político e dependente de rígidos ordenamentos morais. Cabe ainda destacar ainda como um *alicerce fundamental* para o bem-estar a preservação do *individualismo*, que aponta ao processo de escolha com o apogeu do *cultivo da razão*. Indexando ao agente racional esse *individualismo egoísta*, “E presume-se que elas continuem a assim agir enquanto a previsão for uma qualidade humana” (MILL, 2007, p.42), como sendo uma característica substantiva a sua existência (FONSECA, 1989).

Metodologicamente J. S. Mill, nos induz a um homem dotado de perfeito *raciocínio lógico* em que se basei todo o seu comportamento através de *cálculos mentais automáticos*, optando pelos melhores meios em que visa manter sua sobrevivência e a maximização de suas utilidades.

Ninguém argumenta que a arte de navegar não está fundamentada na astronomia apenas porque os marinheiros não podem esperar para realizar cálculos do Almanaque Náutico. Pelo fato de serem criaturas racionais, lançam-se ao mar com tudo já calculado; e todas as criaturas lançam-se ao mar da vida com seus espíritos já decididos sobre as questões comuns do certo e errado, [...]. (MILL, 2007, p. 42).

Naturalmente, uma das principais concepções elaboradas por John Stuart Mill acerca da Economia como ciência, foi a *idealização de um homem econômico*, reduzido em nível de análises experimentais, guiado exclusivamente por suas *motivações econômicas* bem como tendo seus valores éticos baseados em um *cálculo hedonista* restringido pela *lógica do individualismo egoísta* de Bentham, buscando sempre a *preferir riqueza com menor custo necessário*, subjuga-se estes custos como trabalho.

2.2 UMA VISÃO CRÍTICA

2.1.3 O Indivíduo para Karl Marx

Em meados do século XIX, um jornalista, filósofo e sociólogo e grande revolucionário alemão toma os palcos da grande comunidade científica da época, este esboçando e publicando ensaios a cerca da realidade criticando e alicerçando novos métodos de investigação e teorias

existentes. Ícone esse conhecido como Karl Marx (1818-1883). Em suas publicações lançados a público, coincidentemente em um período conturbado de grandes revoluções operárias na Europa¹⁴. Marx observava que a sociedade era fruto de um conflito de classes com distintos interesses, condicionada historicamente e instituído através da consolidação do capitalismo como modo de produção; sistema esse que conservava o controle dos meios de produção sob a tutela da classe dos burgueses, os quais através do trabalho assalariado extraía sua *mais-valia*. Criticando essa condição de submissão do homem ao capital (KONDER, 1999).

E é contornando a essa problemática de *submissão* do indivíduo ao *capital* que buscaremos expor as ideias de Karl Marx na construção de tal conceito. Buscaremos sua fundamentação, recorrendo a um dimensionamento linear de sua concepção de indivíduo, pois “[...] *o complexo categorial da individualidade humana, em Marx, não se encontra consubstanciado em uma obra específica*” (MORAES, 2009, p.16).

Em seu delineamento de pesquisa social paralelamente a sua crítica histórica materialista da sociedade, Marx coloca o homem como resultado de um processo de *relações sociais*,

[...] o desenvolvimento da sociedade é vista como um processo histórico, dirigido por leis que se sobrepõem e determinam a vontade, a consciência e a intenção dos homens. No entanto, as leis da vida econômica não são leis abstratas, válidas para sempre, pois cada período histórico possui suas próprias leis, de modo que os organismos sociais distinguem-se entre si tão profundamente como os organismos animais e vegetais (CORAZZA, 2009, p.107).

Dessa forma Chagas (2012), nos indica quatro pressupostos básicos que serve de invólucro para uma suposta teoria do indivíduo em Marx, sendo:

1. O indivíduo como ente singular, é um indivíduo natural (corpóreo, concreto, sensível), natural consciente, como elemento da natureza; 2. o indivíduo humano é histórico, resulta do desenvolvimento histórico, portanto não é uma substância perene, eterna, a-histórico, como um pressuposto dado naturalmente, o que seria limitado e unilateral; 3. o indivíduo humano é social (um produto social), como parte da sociedade; não é então, um indivíduo a priori, antes da sociedade, isolado, atomístico¹⁵, como uma mônada, fora da sociedade, pois a concepção de indivíduos autônomos, independentes, autossuficientes, são “robinsonadas”, que ocultam as relações sociais que explicam os próprios indivíduos, e 4. o indivíduo humano é um indivíduo ativo, dinâmico que se autoforma; criação de si mesmo, não dado imediatamente pela natureza, nem criado por forças externas ao indivíduo míticas e sobrenaturais; o indivíduo humano é autocriação, autoconstituição de si pelo trabalho (CHAGAS, 2012, p.2).

Em um processo de *desvendamento do homem* como indivíduo capaz de influenciar e ser influenciado por *condições temporais e históricas*, Marx permite-lhes ultrapassar os limites

14 Destaque os movimentos ocorridos em 1848, conhecido como a Primavera dos Povos.

15 “O atomismo é uma concepção metodológica que nega toda capacidade explicativa às relações, quer se deem entre indivíduos, quer se produzam entre entidades sociais. Considere-se um fenômeno social qualquer, por exemplo, a passagem do feudalismo para o capitalismo. Um atomista diria que essa transição pode ser, em princípio, perfeitamente explicada por processos causais que operariam de modo estritamente interno aos indivíduos na sociedade em questão” (LEVINE; SOBER; WRIGHT, 1987, p. 69).

impostos pela natureza, afastando-se assim de um *determinismo preconcebido* à sua figura enquanto objeto de análise (TEIXEIRA, 1999). “Em face dessa transformação de comportamento por *rearranjos históricos e antropológicos*, indica-nos que isso só é possível pela incorporação do *trabalho como processo central no ciclo de autoconstrução do homem*” (CORAZZA, 2009, p. 16). Ou seja, o “*ato ontológico primário é o trabalho*”, e dessa forma a atividade laboral, resultado da força produtiva humana, provém de sua própria consciência, ou seja, o objeto deste é o reflexo de seu espírito, mesmo esta consciência sendo rudimentar (TEIXEIRA, 1999).

A *redução do indivíduo* a uma simples equação de álgebra, deve-se principalmente à condição de submissão posta pela moderna sociedade capitalista articulada em torno de uma *ideologia*: “no capitalismo, os indivíduos se rendem à disciplina de forças abstratas (como a mão invisível do mercado, criada em grande parte por Adam Smith), que efetivamente governam suas relações e escolhas” (HARVEY, 2013, p. 37), tornando-o um *componente negativo* na sociedade, sem espaço para sua livre reprodução enquanto uma *criatura reflexiva e consciente*;

Quer dizer na sociabilidade capitalista, o indivíduo: 1. surge como indivíduo egoísta, relacionado apenas consigo mesmo, puramente exterior, indiferente, autônomo, independente, como unidade singular negativa, preocupado apenas consigo mesmo, com seus interesses privados imediatos, 2. disto resulta a indivíduo isolado, não mais como membro de uma comunidade, ou seja, [...] a quebra da unidade com da indivíduo coma totalidade, [...], também a oposição do indivíduo a comunidade; 3. essa ruptura com a comunidade se estende ao rompimento do indivíduo com outros indivíduos, [...] a desconexão e a exterioridade entre os indivíduos; 4. esse indivíduo passa a ser tratado como coisa, como mercadoria; 5. e as relações entre os indivíduos passa a ser uma relação social coisificante; 6. [...] divorciado dos meios de produção [...] na medida que produz uma produção que não lhe pertence, uma riqueza que lhe é estranha, se volta contra ele e o desumaniza e, portanto, não a serviço dele e das condições de sua existência, e 7. esse indivíduo egoísta, coisificado, [...], possui apenas uma comunidade ilusória, uma totalidade fictícia, que é a própria sociedade moderna e seu ordenamento político, o Estado (CHAGAS, 2012, pp. 2-3).

Porém, Marx enquadra essa visão sistêmica e limitada do indivíduo posicionando-o como um *ser orgânico, natural e consciente de suas ações*, diferenciando-se dos demais seres vivos em prol de sua sobrevivência e subsistência através de sua *atividade vital, o trabalho*, onde na “perspectiva do materialismo marxiano, se afirma que a condição fundamental para que haja uma história do homem é que existam homens individuais vivos” (FERREIRA, 2011, p. 152). É no trabalho que “o animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. ***Ele tem atividade vital consciente***” (MARX, 2004, p. 84). Diferindo da *determinação inconsciente animal*, o homem *interage* com o meio que o circula transformando as condições originais de existência em *condições modificadas* para sua própria reprodução, “natureza e trabalho, meio e fim, produzem, pois, algo em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao final, o produto do trabalho” (LUCKÁS,

1986, p. 17), emergindo uma nova forma de ser, uma nova tradição ontológica, diferente dos seres puramente orgânicos, deixando para trás suas velhas fronteiras de reprodução (TEIXEIRA, 1999).

Como o exame marxiano sustenta, é no ato do trabalho que os homens além de produzirem os produtos materiais necessários à reprodução de sua existência física, lá também reproduzem uma determinada forma de interatividade – o modo de produção vigente a cada momento histórico se constitui sob a base de relações de produção específicas – consequentemente uma determinada forma de existência comum resulta da produção objetiva dos homens (MORAES, 2009, p. 19).

Assim, o resultado do processo de transformação de seu mundo exterior é o próprio homem objetivado, ou seja, a humanização da sua própria natureza e de sua volta, *o trabalho torna-se responsável pela sociabilidade do homem*, “ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 2010, p. 124).

Apesar de seus apontamentos a cerca da natureza objetiva do indivíduo, Marx reconhece-o acima de tudo como sendo obra e produto da sociedade, “*O homem é o mundo do homem, Estado e Sociedade*” (MARX, 1957 *apud* CHAGAS, 2012, p. 4), mas “não podemos ver, tocar ou sentir diretamente as relações sociais; no entanto, elas têm uma presença objetiva” (HARVEY, 2013, p. 3), relações essas que não se esgotam no ato do trabalho, mas que tem intrinsecamente no trabalho uma “função de componente transformador e impulsionador de novas relações” (MORAES, 2009, p. 16). “No trabalho, o indivíduo se prova como ser genérico, é gênero para si, se relaciona consigo e com os outros como ser genérico, como um ser universal e, por isto, livre” (CHAGAS, 2012, p. 4). Ou seja, em um estado de *trabalho livre* todos os indivíduos resplandecem de *maneira igualitária*, sendo assim um *ser natural humano-social*, com um comportamento totalmente distinto do resto dos outros seres com uma consciência ampliada em relação a sua atividade vital, modificando as condições impostas pela natureza a seu favor,

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUCKÁS, 1986, p. 4).

Marx enxerga no trabalho a superação do indivíduo sob as barreiras naturais, colocando-se como um ser ativo-consciente: “a força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele” (MARX, 2013, pp.316-317).

Porém, a condição de indivíduo livre, bem como de sua atividade vital consciente, o trabalho, é sufocada historicamente por um mecanismo, o Estado, evidenciando-se aqui no âmbito da *sociedade capitalista*. Iniciando-se dessa forma um processo de alienação do trabalho e uma ideologização por um *fetichismo*¹⁶ liberal de mercado, que acaba reduzindo o indivíduo a uma *condição mercantil* de força de trabalho e mercado consumidor, tornando o trabalho *estranho* ao indivíduo, escondendo a essência produtora do indivíduo livre e genérico, e arrogando-lhe assim o trabalho como atividade de mera subsistência:

As relações sociais, estabelecidas em processos historicamente específicos de produção de coisas, desaparecem de vista e ressurgem, em vez disso, como algo diferente, como relações entre indivíduos a-históricos aquisitivos que eles buscam adquirir como consumidores. As relações de produção dissolvem-se em relações de mercado, as relações de classe dissolvem-se em um individualismo de maximização da utilidade e os produtos inanimados do trabalho parecem possuir as propriedades animados dos que os produziram, bem como exercer domínio sobre eles (OUTHWAITE, 1996, p. 462)

Como toda ideologia necessita de alicerces sólidos e influenciadores para a concretização de sua prática, o *fetichismo liberal* (subentende-se aqui como sendo a sociabilidade capitalista, a *mão-invisível* de Adam Smith), sustenta um indivíduo hedonista alienado, tendo a tarefa de mantê-lo preso sob essas condições ao Estado. “[...] *O capital subordina não só as relações econômicas, mas também as práticas e políticas ao pôr-se como totalidade*” (SIQUEIRA, 2015, p. 133), o qual através da máquina legislativa cria uma condição de falsa liberdade (formal). Dessa forma encontramos um indivíduo preso a uma *realidade virtual* que o confunde e o ilude, colocando-o em uma situação de dominação (CHAGAS, 2012):

O conceito de fetichismo já foi assinalado em sua discussão acerca do modo como características importantes do sistema político-econômico são “escondidas” ou confundidas por meio das “antinomias” e “contradições” entre, por exemplo, as particularidades da mercadoria-dinheiro, por um lado, e a universalidade dos valores fantasmagóricos, por outro (HARVEY, 2013, p. 34).

Aqui nos deparamos com a ideia de uma espécie de *Estado “zoológico”*, que causa ao indivíduo uma falsa impressão de liberdade, uma vez que torna-se um ser *cativado e domesticado*¹⁷, imbuindo o Estado como uma característica subjetiva e inquestionável do homem e da mulher. “O ser humano é, no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não apenas *um animal social*, mas também *um animal que somente pode isolar-se em sociedade*” (MARX, 2015, p. 55). Conforme Marx afirma:

16 Em outras palavras, o valor do trabalho é um conceito *fetichista* que disfarça a ideia do valor da força de trabalho e, por conseguinte, evita a questão crucial de como a força de trabalho se torna mercadoria (HARVEY, 2013, p. 169).

17 Subentende-se a esse enquadramento a condição de *status* já ancorado por Adam Smith anteriormente.

A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc (MARX, 2015, p. 84).

Em seu método Marx evidencia a necessidade de compreender o todo a partir da produção do individualismo liberal, em outras palavras, afirma a condição necessária e insuprimível da sociedade como um meio de interação social, ou seja, não há indivíduo sem que haja sociedade.

Fazendo uma clássica assertiva aos clássicos que em seus modelos de comportamento do mercado usam o personagem *Robinson Crusoe*¹⁸ da literatura inglesa de Daniel Defoe (1719) para justificarem seus modelos de funcionamento ideal de mercado e comportamento humano, “os Economistas políticos herdaram da *tradição liberal* do séc. XVIII a ideia de que os *fenômenos sociais* são compreensíveis a partir das *condições lógicas primitivas da sociabilidade*, o ‘estado de natureza’” (SIQUEIRA, 2015, p.43), anexando sua sobrevivência a uma percepção primitiva de organização. Marx os enquadra ironicamente colocando como condição fundamental da sobrevivência do icônico *Robinson Crusoe*, “se o sujeito, enquanto destacado – em sua consciência – do mundo dos objetos (Objektwelt), não fosse capaz de observar este mundo e de reproduzi-lo em seu ser-em-si, jamais aquela posição do fim, que é o fundamento mesmo do trabalho mais primitivo, poderia ter sido realizada” (LUKÁCS, 1986, p. 27), suas experiências e aprendizados acumulados ao longo de sua vida anterior em sociedade, e aos objetos resgatados dos destroços de seu navio,

Mas, como Marx mostra com muito humor, Robinson, além de supostamente aprender com a experiência, salva de modo muito conveniente, dos “destroços do navio”, seu “relógio, livro comercial, tinta e pena” e põe-se imediatamente, “como bom inglês, a fazer a

18 *As Aventuras de Robinson Crusoe* (2015) escrito originalmente por Daniel Defoe, faz parte da literatura inglesa datando de 1719. “O livro narra a história do jovem filho de um comerciante alemão, nascido em Iorque na Inglaterra., que permaneceu naufrago em uma ilha, sendo o único sobrevivente um acidente no navio em que estava solitário por vinte oito anos. Ao ir morar sozinho e seguir a vida de marinheiro distante de sua família decide comprar uma área em extensão até onde seu dinheiro garantia, no Brasil em especificamente na Bahia de todos os santos investindo o capital restante nelas. Convidado pela coroa portuguesa a comandar uma expedição em direção a Guiné para capturar alguns nativos para o tráfico negreiro. Porém, o navio naufraga antes mesmo de alcançar os limites marítimos das Américas. Sorte que foi o único sobrevivente e além de conseguir resgatar alguns destroços e provimentos e algumas ferramentas como; armas, pólvora, caneta, papel, roupas, entre outros utensílios. Contribuindo para que assegura-se sua sobrevivência na ilha por um período de tempo indeterminado. Levanta duas casas/ fortalezas cuidadosamente cercadas e dispendo de um severo sistema de segurança primitivo. Suas atividades garantiam vital eram semelhante a povos nativos, caçou, pescou, plantou e colheu. Produzindo até mesmo através dos ofícios de carpinteiro que tinha conhecimentos: moveis, instrumentos e até vidro. Sistematiza todas as suas expedições de exploração da ilha em diários e estabelecendo rotinas de trabalho. Robinson é atormentado pelo seu próprio espírito ao refletir sob suas atitudes tortas que tivera durante sua vida e o que esperar ia-o após a vida, também fica em constante alerta e amedrontado em imaginar uma invasão de piratas ou selvagens. Outro dia seu pesadelo torna-se realidade avista um bando de nativos conduzindo um prisioneiro em meio a selva, toma seus armamentos de uma tecnologia superior a deles, ataca-os e toma em liberdade o cativo. Este o direcionando como seu escravo e o colocando o nome de Sexta-feira, dia da semana em que o havia libertado. Logo, após esse evento Robinson vive grandes aventuras na ilha enfrentando mais selvagens, até tomar o conhecimento de europeus abarcando na ilha, isso em tudo em quase três décadas. Retorna a Inglaterra e presta ao cumprimento de suas obrigações um dia jaz ali. Apesar de tudo Robinson volta a ilha passado algum tempo, não mais na condição de naufrago mas do proprietário da ilha, agora colonizada pelos que ali deixara” (DEFOE, 2015, 32 p.).

contabilidade de si mesmo”. Em outras palavras, Robinson leva para a ilha as concepções mentais do mundo apropriadas à economia de mercado e constrói uma relação com a natureza de acordo com essa imagem. Os economistas políticos usaram a fábula de modo perverso, com o intuito de naturalizar as práticas de uma burguesia emergente (HARVEY, 2013, p. 37).

Em si, o romance “*As Aventuras de Robinson Crusóé*” de Daniel Defoe nos apresenta uma reflexão que permeia a própria construção da sociedade, ressaltando o indivíduo não só como uma criatura da sociedade, mas também este tomando a função de *produto-criador*, que tornando-se ativo e consciente de sua atividade vital – ontologicamente conectado com o trabalho – cria uma sociedade,

Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo [*Stamm*]; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão das tribos (MARX, 2015, p. 55).

Com isso podemos de certa forma afirmar que as concepções que o homem traz consigo diz respeito a relações sociais estabelecidas com seus iguais, “[...] os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto homens modificados são produto de circunstâncias diferentes [...]”(MARX, 1999, p. 5). Dessa forma,

Para Marx, tanto as relações sociais são relações entre indivíduos humanos, quanto a própria sociedade é produto dos indivíduos humanos. Há, portanto, uma ação recíproca entre a sociedade e o indivíduo, entre o todo e a parte, ou seja, há uma conexão necessária entre indivíduo e sociedade, a saber: o indivíduo está vinculado às relações sociais, à sociedade, que o produz, mas ao mesmo, ele também a produz. O indivíduo não é só produto da sociedade (das relações sociais), mas é produto e produtor da mesma (CHAGAS, 2012, p. 7).

Marx enquadra o *indivíduo* como sendo um *componente essencial* dentro de uma sociedade, não existindo fora dela. As relações sociais são dessa forma invitáveis, porém, no processo de sociabilidade capitalista, o indivíduo é subordinado pela relação unilateral capitalista: “o modo de produção material modificado, ao qual correspondem as relações sociais modificadas [...]” (MARX, 2011, p. 463).

O que prevalece são relações meramente ilustrativas que induzem aos indivíduos a estabelecerem *laços mercantis*, reduzindo-os a uma condição de mercadorias; seja como mercadoria força de trabalho, seja consumidor de mercadorias, ou seja, torna-se mercadoria para o capital ao consumir sua própria produção.

Não, de fato, o que você vê é a alface, é seu dinheiro, e você toma decisões tangíveis com base nessas informações. Este é o significado da frase “aparecem como aquilo que elas

são”: as coisas são realmente assim no supermercado, e podemos observá-las desse modo, mesmo que elas mascarem as relações sociais (HARVEY, 2013, p.36).

O dinheiro passa a ser o nexo das relações sociais, incorporando necessariamente valores de uso a tudo o que nela engendra. “Com valores de troca, não obstante, representam trabalho homogêneo não diferenciado, isto é, o trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores. O trabalho que cria valor de troca é, pois o trabalho geral-abstrato” (MARX, 2008, p.56). Assim:

De fato, na produção capitalista, o indivíduo tem uma existência particular, na medida em que tal produção implica a homogeneização da sociedade, a exclusão das diferenças qualitativas, peculiares, entre os indivíduos, ou seja, implica uma indiferença específica para com as determinações “naturais” e sociais que pertencem ao indivíduo, para as qualidades específicas dele, reduzindo-o a uma mera mercadoria entre outras, ou, melhor ainda, a uma mercadoria especial que gera valor, e o seu trabalho a mero trabalho abstrato (CHAGAS, 2012, p. 8).

A codificação desses valores cabe ao capital que assim indica que podem ser *decodificados* unicamente através das *relações mercantis de troca*, “por isso, na testa do valor não está escrito o que ele é. O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo [...]” (MARX, 2011, p. 208).

O trabalho como produto social é induzido a uma condição de abstração e mercadoria, encerrando nele todos caracteres que o torna uma atividade de múltiplas faces, prevalecendo uma *crise de identidade* quanto aos meios e uma equivalência geral quanto aos fins,

O processo de abstração do trabalho não é apenas um movimento do pensamento, mas acima de tudo um processo histórico. O próprio pôr em comum diferentes atividades pressupõe um sistema avançado de divisão social do trabalho, bem como que todos esses ramos ou técnicas estejam integradas em uma totalidade social (SIQUEIRA, 2015, p. 122).

Sendo *constructo da lógica de universalização da produção* um ideário em conformidade com a sociedade capitalista, “pois o poder do capital de derrubar tudo – eliminando seu ancoradouro humano com a universalização da produção fetichista de mercadorias – é aqui espelhado na filosofia, virando de cabeça para baixo os valores humanos, em nome do ‘pensamento e do universal’” (MÉSZÁROS 2002, p. 182). Produzindo uma única espécie de trabalho, abstraindo da atividade vital consciente do ser humano todos os seus atributos diferenciadores,

O valor é sua relação social, sua qualidade econômica. Um livro de um valor determinado e um pão com o mesmo valor trocam-se mutuamente, são o mesmo valor, só que em materiais diferentes. Como valor, a mercadoria é simultaneamente equivalente para todas as outras mercadorias em uma determinada proporção. Como valor, a mercadoria é equivalente; como equivalente, todas as suas qualidades naturais são nela extintas; não mantém mais qualquer relação qualitativa particular com as outras mercadorias; ao

contrário, é tanto a medida universal como a representante universal, como o meio de troca universal de todas as outras mercadorias (MARX, 2015, pp. 134-135)

Marx explicita o processo transformação do trabalho em dois momentos, um inicial qualitativo e um final quantitativo em que manifesta-se sua face final de mercadoria;

O valor de troca da mercadoria existe como matéria do mesmo tempo de trabalho homogêneo; a magnitude do valor de mercadoria está completamente representada, pois na relação proporcional em que as mercadorias estão postas em questão com o ouro, também o estão umas com as outras. [...]. O valor de troca de mercadorias é o preço [...]. O preço é a forma metamorfoseada, sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias dentro dos limites do processo de produção (MARX, 2008, pp. 98-99).

O âmago da sociedade capitalista que promove a inclinação do indivíduo ao convívio social transmutando-os em um estado de coisificação é o valor de troca. “*Como valor, é dinheiro*” (MARX, 2015, p.135). “O valor só existe em relações entre mercadorias e só pode ser expresso materialmente na forma contraditória e problemática da mercadoria-dinheiro” (HARVEY, 2013, p. 33).

Ante ao Capital, os *indivíduos são oprimidos em todas as suas peculiaridades e particularidades*, sua atividade vital consciente é condicionado em uma espécie de animação suspensa. “No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas [...]” (MARX, 2015, p. 158), e é neste ponto que Marx rebate a doutrina liberal ao demonstrar a naturalização do indivíduo em mercadoria. Pois dessa forma o *constructo mercantil* do indivíduo rompe os lanços sociais orgânicos e naturais entre os indivíduos e coloca em seu lugar uma *relação ignóbil* entre coisas, e assim “uma relação social determinada entre os próprios homens [...] aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2011, p. 206). Transferindo as premissas fundamentais do capital em um componente subjetivo de individualidade, “coisas dotadas de sentido e que são ao mesmo tempo supra-sensíveis ou sociais” (CHAGAS, 2012, p. 13). Conforme Marx desvenda;

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores [...]. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana (MARX, 2011, pp. 206-208).

Observamos que Marx recorre a gênese do processo de *estranhamento individual* no processo produtivo, revelando-nos um *processo abominável* de absorção dos indivíduos produtores por seus produtos modificados objetivamente pelo Capital (CHAGAS, 2012; HARVEY, 2013).

Genericamente, o indivíduo de Marx é um ser mergulhado em *relações sociais*, em que seus ideários e aspirações são baseadas em *experiências comuns* vivenciadas ao longo da *trajetória histórica* percorrida pelos homens de *forma contínua*, compartilhando o *trabalho* pela sobrevivência e perpetuação em *sociedade*, necessitando assim de uma contínua *interação bilateral* com seus iguais. Este indivíduo alcança na sociedade moderna uma *organização orgânica em classes sociais*, tornando os indivíduos protagonistas de seu processo decisório, assumindo um papel de agentes criadores, e por meio de experiências coletadas consciente e inconscientemente transformam *coletivamente* o ambiente que se encontram inseridos, exaltando características muito mais complexas e históricas que o idealizado modelo de *Homo Economicus*, construção que parte de certos instintos de adaptação e de maximização de resultados para chegar a um indivíduo naturalmente egoísta, hedonista e calculador, *indivíduo sem história de si*. Destaca Marx desta maneira essa forma o trabalho vital, consciente, livre e ausente das forças aprisionadoras do capital como farol para o futuro das ações coletivas dos indivíduos em sociedade.

3 METODOLOGIA

Esse momento do trabalho será dedicado a quais serão os métodos utilizados para sua realização, “Contudo, é preciso ultrapassar as conexões visíveis e nisto consiste exatamente o trabalho da ciência – passar das aparências para a estrutura interna oculta do real” (PRATES, 2012, p.120). Dessa forma, a metodologia, é uma trilha construída a partir de, um conjunto de procedimentos e métodos aplicados, de modo a alvejar os resultados esperados da pesquisa (GIL, 2012).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente trabalho será natureza teórica, com tratamento qualitativo dos dados, assim será realizado uma revisão bibliográfica, a fim de, recolher dados históricos e filosóficos em torno do eixo temático aqui estudado, de modo, a explorar e fornecer elementos necessários para a resolução de nosso problema de pesquisa. “Parte dos estudos exploratório podem ser definidos como pesquisas bibliográficas [...]” (GIL, 2012, p.57). Assim, portanto o trabalho aqui proposto trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Este mecanismo de pesquisa permiti-nos identificar tendências, recorrências e lacunas em algumas áreas do conhecimento.

Optou-se, ainda por recorrer ao campo epistemológico das ciências sociais, e uma concepção teórica de abordagem dialética da realidade predominando a visão marxiana, com base em seu materialismo histórico quanto a categorias sociais dadas em classes.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Ainda, ao decorrer da produção dessa pesquisa deve-se identificar as fontes que serão retiradas essas informações para assim extraís delas repostas que se adéquem a solução do problema (Gil, 2012). No mesmo serão utilizados fontes primárias e secundárias, a partir de, livros, artigos, periódicos (jornais, revistas etc), documentos monográficos e páginas da web que abordem direta ou indiretamente o tema. “A escolha dos documentos não deve ser caracterizado como um processo aleatório, deve ser baseado em alguns propósitos, ideias ou hipóteses” (GODOY, 1995, p.22).

A abordagem do estudo será é predominantemente qualitativa, buscando a validação da hipótese aqui levantada por intermédio de bibliografias encontradas que vão ao encontro da problematização do mesmo.

3.2.1 Análise dos Dados

Nesta fase do projeto será explicado como será elaborada a análise e a crítica da bibliografia levantada em torno da conceitualização do *Homo Economicus*. Pela natureza qualitativa assumida por esse trabalho será adotada as três fases de análise, evidenciadas por Miles & Huberman (1994) *apud* Gil (2012): redução, exibição e conclusão. Assim, no caso aqui explicitado fica clara que o esclarecimento da vida mental é eixo sistemático do estudo necessitando compreender de forma clara a natureza da pesquisa qualitativa, “a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente” (GÜNTHER, 2006, p.202), necessariamente assim partindo da compreensão como alicerce do conhecimento. Em que a redução consiste na seleção e posterior simplificação dos dados. No caso desse trabalho foram selecionados o filósofo (John Locke) que encabeçou essa corrente de pensamento e quatro clássicos da economia (Adam Smith, John Stuart Mill, Jeremy Bentham e Karl Marx).

Já, a exibição trata da organização dos dados para uma facilitação na busca de inter-relacionamentos entre as semelhanças e diferenças entre os dados; aqui esta organização será dada cronologicamente dos autores mais antigos aos mais recentes.

Enfim, a conclusão será realizada através de uma análise de conteúdo, “a análise de documentos é a variante mais antiga para realizar pesquisa, especialmente no que diz respeito à revisão de literatura” (GÜNTHER, 2006, p. 205), essa análise de forma crítica a alguns autores ortodoxos da economia clássica (Adam Smith, John Locke, John Stuart Mill, Jeremy Bentham). “Além de procedimentos tradicionais de leitura e resumo de ideias, é possível extrair e sumarizar resultados por meio de meta-análise” (GÜNTHER, 2006, p. 205). Somando-se a estes fatos, “o enfoque da interpretação varia, podendo ser feito a partir de uma ênfase sociológica, psicológica, política ou, até mesmo, filosófica” (GODOY, 1995, p. 25). Com isso, pode-se afirmar que tal análise dependerá da capacidade e do estilo do pesquisador (GIL, 2012).

Quanto a unidade de análise aqui estabelecida será redigida na forma estruturada de texto, contendo assim um parágrafo inicial de introdução, seguido de corpo mais longo de interpretação e reflexão dos autores, baseado em seu levantamento bibliográfico e, por fim, um parágrafo de conclusão de ideias.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Compêndio dialético das principais ideias

Como observamos ao longo do nosso trabalho e foi ressaltado na metodologia esse estudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa naturalmente teórica, na qual recorreremos a uma revisão bibliográfica de grandes clássicos da Ciência Econômica a fim de auxiliar-nos no resgate de conceitos-chaves na construção do paradigma do *Homo Economicus* (De SOUZA, 2014; CHIAPPIN, 2014; ABRAMOVAY, 2004). Na íntegra neste trabalho, buscamos principalmente fontes primárias de dados reavendo escritos essenciais e valiosos para este ramo das Ciências Sociais, havendo a presença para fins complementares de artigos contemporâneos com releituras atuais dos pensadores clássicos aqui tratados: John Locke, Adam Smith, Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Karl Marx. O estudo em si traz concepção dialética de leitura e análise dos dados pois através da problemática levantaram-se questões de confronto teórico, tendo como resultado desta colisão a emergência de uma interpretação que abarca ambas evidenciando suas principais contribuições (GÜNTHER, 2006; MORA, 2005, GIL, 2008). Através da seleção destes pensadores evidenciamos suas perspectivas na tentativa de construção de um modelo de indivíduo adequado para a compreensão dos fenômenos socioeconômicos. Estudos dessa categoria possibilitam ampliar o leque de modelos de análise das Ciências Sociais, permitindo aos estudiosos identificar qual é o modelo que melhor se encaixa em seu projeto de pesquisa facilitando assim a coleta e observação de dados. Em estudos acadêmicos sociais, a probabilidade de criar lacunas insolúveis é grande, pois não identificando com que categoria de indivíduo se trabalha, podem se obscurecer os resultados finais. Na organização dos dados, consideramos suas teorias em ordem cronológica e com base nesse movimento, adentramos nos pontos principais de nossa discussão, a seguir.

Em consideração ao tratamento de nossos dados vale ressaltar a premissa utilizada aqui para a idealização do problema e os pressupostos com que iniciamos esta pesquisa. Inicialmente salientamos que o modelo de indivíduo mais contemplado em nossas escolas de economia nacional é o protótipo de *indivíduo maximizador de utilidades* construído por John Locke, Adam Smith, Jeremy Bentham e John Stuart Mill, atribuindo-lhe um caráter racional e egoísta em relação a seus iguais. Estas e outras características subjetivas e naturais do homem não pressupõem um ser humano fruto de um processo socio-histórico, concepção esta que sim é levantada por Karl Marx, o qual propôs um modelo de indivíduo histórico e condicionado pela sociedade, visto desde sua posição de classe, onde encontra-se posicionado (ANGELI, 2014; CHAFIM, 2012; HUNT, 2005; HUNT, 2010; NUNES, 2005).

Entretanto, anterior a estes fatos e elaborações conceituais, o termo foi inicialmente apresentado pelo pai fundador da escola liberal, John Locke, com sua análise em torno da sociedade composta por indivíduos detentores de direitos naturais que, dispondo dos recursos que a natureza lhes oferece, aplicam sua força de trabalho e transformam a natureza tornando-a sua propriedade incontestável. Este indivíduo busca (por intercâmbio com outros produtores proprietários) sanar determinada necessidade imediata ou futura para si próprio e os seus. Dessa necessidade e as diferentes atividades produtivas com seus diferentes graus de demanda de força de trabalho, surge a necessidade de um intermediador universal. Observamos que com esse movimento, acompanha-se a necessidade de salvaguarda e segurança através do dinheiro (LOCKE, 2005; VÁRNAGY, 2006; WEFFORT, 1991).

Reforçando essa lógica de acumulação, observamos que Adam Smith nos traz o conceito de *egoísmo universal genérico*, visto que para este autor todos nós possuímos uma propensão natural a encontrar meios necessários para a realização individual de nossos desejos e aspirações financeiras, e ainda sendo seres dotados de razão e capacidades cognitivas elevadas, participamos indiretamente da construção do bem-estar geral enquanto procuramos a satisfação de nossos desejos egoístas. Mesmo não considerando a sociedade em seu ínfimo, o indivíduo para Adam Smith tem como grande indicador de sua consolidação a criação de um *status* social, por meio da acumulação de bens úteis, necessários ou supérfluos, cuja procura determinará seus relacionamentos interpessoais e econômicos, com intuito de maximizar seus desejos egocêntricos e impartilháveis. Com isso torna-se inevitável um comportamento socioeconômico em que ascende o egoísmo a uma prática virtuosa de natureza objetiva concreta (LUX, 1993; MORGAN, 1997; SMITH, 1999; SMITH, 1988). Trilhando esse percurso, vamos em direção à hipótese construída por Jeremy Bentham, sendo esta o grande cerne do conceito de *Homo Economicus*, posicionando o homem e a mulher como escravos de dois sentimentos centrais de conduta humana, o prazer e a dor, e matematizando-os, torna-os resultados de equações simplistas de caráter. E é a partir disto que constrói um *robô conceitual* programado apenas para obedecer uma conduta de busca ao prazer (*hedonismo*), independente dos meios, e relacionando-se de forma mecânica com seus iguais apenas se estes o oferecerem motivos para somar a seus prazeres, podendo ser destrinchado e seus componentes estudados de forma isolada. Nesse modelo podemos presumir uma relação em que compreende-se entre um ser meramente mecânico e econômico (*Mecanômico*), ignorando integralmente outros atributos inerentes a natureza humana. Evidentemente a conceituação de Jeremy Bentham possuía a finalidade de contribuir com suas análises de jurisprudência (BENTHAM, 1979; DIAS, 2013; MENEZES, 2017; THIRY-CHERQUES, 2002).

Em harmonia a Escola Utilitarista, John Stuart Mill resplandece como redentor dessa corrente anexando alguns detalhes não considerados por Jeremy Bentham. Indicando-nos um sistema moral de ações e graduações de prazer, o indivíduo liberal de John Stuart Mill está orientado pela sua formação intelectual como indivíduo livre para optar qual o meio que usará para satisfazer determinadas aspirações imediatas e futuras, agindo sempre logicamente e recorrendo previsivelmente ao egoísmo como forma de aumentar suas riquezas com o menor esforço possível (MILL, 1979). Assim, as relações construídas pelo indivíduo *milliano* são inconscientemente interessadas e orientadas pela lógica hedonista. No *Utilitarismo*, J. S. Mill, apesar de estabelecer algumas distinções e promover alguns pontos esclarecedores sob a teoria de Jeremy Bentham, não se aprofunda as causas históricas de formação individual e relacionamentos interpessoais.

Posteriormente e contemporaneamente a John Stuart Mill, observamos as contribuições de Karl Marx na elaboração de uma metodologia de pesquisa baseada em estudos históricos buscando pela análise sistemática dos fatos passados, a explicação do cenário presente e possível trajetória futura (método dialético). Baseado em uma perspectiva de classes, reconhece como grande farol de navegação nos estudos das relações sociais a produção material burguesa, que permite iluminar alguns dados obscuros da história social. (CORAZZA, 2015; DIAS, 2009; MARX, 2008; MARX 2011; MARX 2015). Assim, Marx considera o indivíduo um ser histórico que ao longo de sua caminhada mortal sobre a superfície da terra agrega e constrói experiências em comunidade, sendo *o trabalho* o grande fio condutor responsável por envolver aos indivíduos em interações que reconhecem a ampla diversidade de atividades vitais conscientes exercidas pelo homem e pela mulher *produzindo e se produzindo em sociedade*.

4.2 Indivíduo Liberal x Indivíduo Marxista

As discussões elencadas anteriormente apontaram uma tentativa de elaboração de um modelo ideal de indivíduo econômico. Vários pensadores propuseram-se solidificar um conceito útil apoiado consistentemente na realidade observada. Em um primeiro momento discutiu-se a figura do indivíduo imutável e de faculdade mentais perfeitamente consolidadas que processam e agem de acordo com pré-concepções egoístas a fim de alcançar os desejos de seus sentidos, apontando posteriormente para um indivíduo hedônico que realiza cálculos e previsões mentais egoístas exigidas pelas suas ambições.

Em contraste com esta visão, num segundo momento, aqui marcado pela perspectiva marxista, a literatura parece apontar para alguns caracteres subjetivos do trabalho humano que

foram oprimidos pelo processo capitalista de produção, extinguindo-os completamente e colocando em seu lugar um modelo pré-elaborado de um ser introspectivo, egoísta e supérfluo. Assim, as relações estabelecidas entre estes indivíduos são superficiais e coisificadas, não havendo nenhum traço de vontade animada pelo espírito humano. Como alternativa e oposição a esse regime, Marx defende a manifestação de um trabalho livre que permita desenvolver e realçar as características e atributos orgânicos da diversidade da natureza humana, permitindo o florescimento de uma sociedade de indivíduos que possuam a capacidade de atuarem e estabelecerem vínculos igualitários uns com os outros, fabricando laços não coisificantes, mas laços afetivos de amor e solidariedade balanceando a condição de posse de bens entre todos a partir de uma partilha apoiada pelos mesmos.

Finalizando aqui a discussão em torno dos dados, destacamos alguns pontos fundamentais e decisivos na elaboração do problema de pesquisa e sua possível solução. No primeiro tópico do referencial teórico, observamos a preocupação de John Locke em defender a *propriedade individual*, apontando o Estado como um mecanismo de manutenção e segurança desses direitos, e considerando como se faz necessária a criação do dinheiro para desenvolver o trabalho e o progresso material. Já Adam Smith nos explica como o *egoísmo* na realização das necessidades ou desejos do agente pode se tornar uma virtude. Dois senhores são legitimados por Jeremy Bentham para explicar o comportamento humano e são eles *o prazer e a dor*, que por afinidade e aversão a um e outro edificamos uma cadeia de motivos para justificar o egoísmo individualista, corporificando o *hedonismo* no comportamento socioeconômico. Esse mesmo conceito é alicerçado pelo sistema de moral e previsibilidade de seu sucessor John Stuart Mill. Enfim, chegando ao grande crítico da ortodoxia econômica, Karl Marx, este reconhece o indivíduo como sendo um ser histórico, mutável, adaptativo, sensível, objetivo, e consciente de sua atividade vital. Assim, tendo como influência em seu processo decisório vários fatores que contribuíram dialéticamente para distanciar-se de suas barreiras naturais ultrapassadas através do trabalho, consolidando sua essência como produto-criador, ou seja, o homem e a mulher se encontram em um processo dialético-metabólico de união com a natureza a sociedade e fundamentalmente com o trabalho, este último sendo o componente humanizador das relações sociais.

Figura 1.

Idealização de uma “natureza humana” para o Homo Economicus comparada com a visão alternativa marxista de Indivíduo

VISÃO DE		INDIVÍDUO PARA MARX
	INDIVÍDUO LIBERAL	
John Locke	Anterior à sociedade	Surge em sociedade
Adam Smith	Atomizado Egoísmo harmonizador ("Mão invisível")	Em classes sociais Em situação de conflito
Jeremy Bentham	Calculador Hedonista	Produto do Trabalho Social contraditório
John Stuart Mill	A-histórico	Histórico

Elaborado pelo autor, 2018.

5 CONCLUSÃO

A construção de um paradigma econômico para o indivíduo sempre mostrou-se controverso e repleto de especulações enquanto qual seria seu objeto real de estudo. Em suma, o modelo amplamente difundido e ensinado na academia e na Ciência Econômica como foi relatado é o *indivíduo econômico*, baseado no padrão de produção burguesa moderna consolidada aproximadamente há três séculos. A aplicação desse conceito aos estudos da ordem econômica podem trazer e apresentar dificuldades de compreensão como um todo, tanto em ordem microeconômica quanto em ordem macroeconômica.

Quatro de nossos cinco autores no levantamento bibliográfico redigido configuram a base do modelo chamado *Homo Economicus* como instrumento de análise comum. Sob bases liberais pré-concebidas de comportamento, indicam um único fim, a maximização da utilidade, por meio de uma razão calculista e transparente. A “objetividade” deste ser nos deixa claro o temperamento egoísta e oportunista do indivíduo enquanto integrante de uma sociedade civilizada, prevalecendo em suas relações sociais e econômicas o interesse particular como guia de suas ações, conduzido pela mão-invisível do mercado que direciona todos a um Estado ideal de sociabilização econômica. A condição imposta por esta sociabilização, utilizando um termo mais adequado, a imposição do fetichismo do mercado, aponta irrefutavelmente para a lógica atomizadora e redutora de todas as outras virtudes possuídas pelo espírito humano.

Neste estudo, ao abraçar Karl Marx, é possível visualizar sua incessante tentativa de oposição e indiciamento de falhas em relação ao indivíduo adotado pelos ortodoxos. Ele nos apontou para uma figura humana, flexível e maleável em um sentido que havia sido menosprezada pelos autores clássicos: um indivíduo em sociedade que caminha gradualmente e tem suas fases de desenvolvimento marcadas pelas alterações que ocorrem no ambiente em que se encontra inserido ao longo de sua jornada terrestre, onde procura através de sua atividade vital consciente, o trabalho, remodelá-lo em função de sua sobrevivência enquanto espécie em comunidade.

Através de nosso trajeto, mediante as tentativas de construção de um indivíduo ideal para fins práticos, torna-se evidente que em todos esses períodos a sociedade se fez presente em todos os eventos salientados e as análises concebidas são fruto de uma combinação de conjuntos finitos de indivíduos. Porém, a crítica de Marx é que mais nos aproxima de um retrato realista e tangível de indivíduo. Em face disso, se faz mister uma reflexão em torno da sociedade tomando a premissa o papel da ideologização do capital sobre todos seus integrantes, e/com através disso revela-se que a realidade virtual e o padrão em que enquadra o indivíduo como egoísta e a-histórico é um reflexo de

um estado de espírito do conjunto infinito de seres humanos oprimidos, projetando um ambiente inóspito a liberdade do indivíduo e concretizando o habitat do capital.

Ainda que esse modelo seja amplamente aceito por se tratar coerentemente de sua utilidade e justeza em pesquisas econômicas, cabe a nós questionarmos até que ponto seus resultados são precisos, e/ou, até onde estes resultados refletem a realidade do objeto pesquisado? E ainda, até que grau pode permanecer hoje este objeto com o comportamento com que fora analisado inicialmente?

Esses questionamentos podem adentrar no que chamamos de inferência. Entretanto, a conduta e o caráter humano, bem como seu comportamento, não se enraízam em um local no espaço-tempo para estabelecermos intervalos de variância ou desvios de padrão, pois nesse caso o melhor termo e o mais próximo ao qual temos contato que podemos classificar o ser humano enquanto indivíduo em sociedade é, microeconomicamente falando: Infinitamente elástico.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais.** *Tempo social*, 16(2), p. 35-64, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02>>. Acesso em 09 mai. 2018.
- ANGELI, Eduardo. **A importância da História do Pensamento Econômico e do pluralismo metodológico em economia com base na perspectiva da Escola Austríaca.** *Nova Economia*, v. 24, n. 1, p. 33-50, 2014.
- AVILA, Róber Iturriet. **Construção do homo economicus e a sua necessária desconstrução.** *Ensaio FEE*, v. 35, n. 2, 2014. Disponível em <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/download/2614/3511>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- BENTHAM, Jeremy; MILL John Stuart **UMA INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA MORAL E DA LEGISLAÇÃO, SISTEMA DE LÓGICA DEDUTIVA E INDUTIVA** Coleção Os pensadores. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BATISTOTI, Vitória. **Karl Marx: conheça a vida e a obra do pensador alemão: GALILEU** reuniu curiosidades e fatos sobre a trajetória do pensador cujas ideias impactam o mundo até os dias de hoje. **REVISTA GALILEU**, 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2018/05/karl-marx-conheca-vida-e-obra-do-pensador-alemao.html>>. Acesso em: 09 out. 2018.
- BIANCHI, Ana Maria et al. A volta de Ulisses: Notas críticas sobre a teoria da escolha racional. **XXIX Encontro Nacional de Economia, ANPEC**, 2001.
- BOEIRA, Sérgio Luis. Marxismo analítico & funcionalismo. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 20, p. 9-34, 1996.
- BRUE, Stanley L.; GRANT Randy R. **História do pensamento econômico.** 8 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- CHAFIM, Fernando Vinicius; KRIVOCHEIN, Conrado. **Contribuições à Crítica do Individualismo Metodológico da Economia.** *Revista Nexos Econômicos*, v. 5, n. 2, p. 35-58, 2012.
- CAMPREGHER, Glaucia et al. **A natureza humana do comportamento individual nos primórdios do pensamento econômico: uma comparação entre Hume, Smith e Bentham.** Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2013. Disponível em <https://www.ufrgs.br/fce/wpcontent/uploads/2015/01/TD10_2013_campregher_longoni.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** Papirus, ed. 17. 2011.
- CHIAPPIN, José Raymundo Novaes; LEISTER, Carolina. **Contratualismo, utilitarismo, a emergência do indivíduo e da cooperação I: os fundamentos metodológicos e metafísicos das instituições do Estado e do Mercado.** *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 109, p. 485-523, 2014.
- CHAGAS, Eduardo F. O indivíduo na teoria de Marx. **Revista OFFLINE**, n. 1, 2013.

CORAZZA, Gentil. Ciência e método na história do pensamento econômico. **Revista de Economia**, v. 35, n. 2, 2009.

CORREA, Lara Cruz. **Utilitarismo e moralidade. Considerações sobre o indivíduo e o Estado**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

DEFOE, Daniel, **As Aventuras de Robinson Crusoé**. Adaptação de Rodrigo Espinosa Cabral. 3 ed. EDITORA RIDEEL, 2015.

De SOUZA, Daniel. Fernando. **O Homo economicus no século XXI: a emergência de um novo conceito de indivíduo?**, 2014, Disponível em <<http://www.portaldoeconomista.org.br/arquivos/publicacoes/32.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2018.

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. **A Medida da ética em Bentham**. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 20, p. 6-21, 2012.

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. **As Diferenças entre os Conceitos de Moral no Utilitarismo de Bentham e John Stuart Mill: A Moralidade como Derivada das Respectivas Noções de Natureza Humana**. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 19, n. 32, p. 483-506, 2015.

DUMONT, Louis. **Essays on individualism: Modern ideology in anthropological perspective**. University of Chicago Press, 1992.

FERREIRA, Vera Rita de Mello et al. **Psicologia Econômica: origens, modelos, propostas**. 2007. Disponível em <http://www.verticepsi.com.br/files/TESE_CAPA.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas**. 2 ed. Atlas, 2007.

FERREIRA, André Luiz Silva. Trabalho, Estranhamento e Comunismo em Marx. Unesp. Vol. 4, nº 1, 2011.

FONSECA, Eduardo G. Comportamento individual: alternativas ao homem econômico. **Revista Novos Estudos**, 1989.

GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 9-36, 2000. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%204/REC_4.2_01_Adam_smith_e_a_explicacao_do_mercado_como_ordem_social.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas S.A., 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HARVEY, David; ENDERLE, Rubens. **Para entender O capital: livro I**. Boitempo, 2014. **E-Book**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543837/mod_resource/content/1/David_Harvey-Para%20entender%20O%20Capital_v.1.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

KONDER, Leandro. Marx: vida e obra. 7ª edição. **São Paulo: Paz e Terra**, 1999.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social: O trabalho**. Trad. Ivo Tonet, São Paulo, 1986. Disponível em: <http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

E.K. HUNT. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: **Campus Elsevier**, 2005.

E. K. HUNT; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LEVINE, Andrew; SOBER, Elliot; WRIGHT, Erik. Marxismo e individualismo metodológico. **Zona abierta**, v. 41, p. 131 citation_lastpage= 157, 1987.

LOCKE, John. **Os dois tratados sobre o governo**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

LUX, Kenneth. **O erro de Adam Smith: de como um filósofo moral inventou a economia e pôs fim à moralidade**. Nobel, 1993.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Boitempo Editorial, 2015. E-Book.

MARX, Karl. **O CAPITAL Crítica da Economia Política**. Livro I Boitempo Editorial, 2011. E-Book.

MARX, Karl. **Contribuição da Economia Política/Karl Marx**; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p.288. 2008.

MENEZES, Andre Beckmann De Castro; ARAÚJO, José Henrique Mouta. **UTILITARISMO E A TÉCNICA DE COLETIVIZAÇÃO DAS DECISÕES DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS**, Processo, jurisdição e efetividade da justiça II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI Coordenadores: Elda Coelho De Azevedo Bussinguer; Flávio Luís de Oliveira; Mônica Bonetti Couto-Florianópolis: CONPEDI, 2017.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Coleção grandes obras do pensamento universal. Vol. 70. Editora Escala. 2007.

_____. **O Governo Representativo**. Coleção grandes obras do pensamento universal. Vol 56. Editora Escala. 2007.

_____. **Ensaio Sobre a Liberdade**. Coleção grandes obras do pensamento universal. Vol 44. Editora Escala. 2007.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia. TOMO II.(E-J)**. 2. ed. Edições Loyola, 2005.

MORAES, Betânia; JIMENEZ, Susana. Notas sobre a questão da individualidade humana em Marx: um convite à pesquisa. **Revista eletrônica arma da crítica**, v. 1, n. 1, 2009.

MORGAN, Mary S. et al. **The Character of Rational Economic Man. Dialectik**, v. 1997, 1997. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/22412/1/34_96.pdf>.

MORES, Ridendo Castigat. **As" Teses sobre Feuerbach" de Karl Marx**. Jahr, 1999. E-Book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

NUNES, António José Avelãs. A filosofia social de Adam Smith. **Prim@ Facie-Direito, História e Política**, v. 4, n. 6, p. 5-41, 2005.

OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Zahar, 1996.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social; uma relação necessária. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, 2012.

PELUSO, Luis Alberto et al. **Ética e utilitarismo**. Campinas: Alínea, 1998.

PINHO, Diva Benevides. A racionalidade econômica-abordagem histórica. **Revista de História**, v. 54, n. 107, p. 173-188, 1976.

SANDRONI, Paulo. **NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA**. 1ª ed. São Paulo: Best-Seller, 1999.

SABINE, George H. **Historia de la Teoría Política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

SAWAYA, Rubens. **ENSINO DE ECONOMIA NO BRASIL: CIÊNCIAS ECONÔMICAS E REALIDADE**. ECONOMISTAS, **Revista do Conselho Federal de Economia-COFECON**, Ano IX-Nº28-Abril a Junho de 2018.

SILVA, Francielly Rauber da. **UMA BREVE APROXIMAÇÃO: A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE**. ISSN. 2358-7563. Unioeste. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico_social/anais/TC_BREVE_APROX_ONTOL_SER_SOCIAL_E_TRAB_ENQ_CATEG_FUNDANT E.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

SIQUEIRA, Rafael Sousa. O método da crítica da economia política: a ciência de Marx na "Introdução" dos Grundrisse de 1857. 2015.

STRASSER, Hermann. **A Estrutura Normativa da Sociologia**. RJ, Zahar, 1978.

SMITH, Adam. **A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, v. 1. 1988.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais: ou ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma dissertação sobre a origem das línguas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEN, Amartya. **"Comportamento econômico e sentimentos morais"**. In: _____. Sobre ética e economia. São Paulo, Companhia das Letras (1 ed. 1987). 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras (2000).

TEIXEIRA, Paulo T. Fleury. A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848. **Ensaio Ad Hominem**, v. 1, 1999. Disponível em <<http://principo.org/a-individualidade-humana-na-obra-marxiana-de-1843-a-1848.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

TERRAÇO ECONÔMICO, **Ortodoxia x heterodoxia qual seu programa de pesquisa favorito?** Disponível em <<http://terracoeconomico.com.br/ortodoxia-x-heterodoxia-qual-o-seu-programa-de-pesquisa-preferido>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **A economia moral da utilidade. Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 2, p. 293-317, 2002. Disponível em<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6440>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. 2009.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. Vol. 1. São Paulo: Ática, 1991.

WOLIN, Sheldon. **Política e perspectiva**. Buenos Aires: Editorial Amorrortu, 1974.